

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

LUCINEIA FERREIRA DA SILVA

**A ESCRITA NO/DO ESPAÇO DE SANITÁRIOS PÚBLICOS: VOZES
SOBREPOSTAS**

CÁCERES-MT

2020

LUCINEIA FERREIRA DA SILVA

**A ESCRITA NO/DO ESPAÇO DE SANITÁRIOS PÚBLICOS: VOZES
SOBREPOSTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da Profa. Dra. Olimpia Maluf Souza.

CÁCERES-MT

2020

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

S586a	SILVA, Lucineia Ferreira da. A Escrita no/do Espaço de Sanitários Públicos Vozes Sobrepostas / Lucineia Ferreira da Silva – Cáceres, 2020. 94 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)
	Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020. Orientador: Olímpia Maluf Souza Coorientador: Águeda Aparecida da Cruz Borges
	1. Análise de Discurso. 2. Processos de Identificação. 3. Escritas em Sanitários Públicos. I. Lucineia Ferreira da Silva. II. A Escrita no/do Espaço de Sanitários Públicos: Vozes Sobrepostas. CDU 801

LUCINEIA FERREIRA DA SILVA

**A ESCRITA NO/DO ESPAÇO DE SANITÁRIOS PÚBLICOS: VOZES
SOBREPOSTAS**

Profa. Dra. Olimpia Maluf-Souza (Orientadora – PPGL/UNEMAT)

Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo (Membro do PPGL/UNEMAT)

Profa. Dra. Águeda Aparecida da Cruz Borges (Membro Externo – UFMT/CUA)

Profa. Dra. Joelma Aparecida Bressanin (Suplente – PPGL/UNEMAT)

APROVADA EM: ___/___/_____

A poesia é a criação rítmica da beleza em palavras

(Edgar Allan Poe)

Dedico este trabalho

À minha família, em especial a minha querida mãe, Luzia do Carmo, meu pai Manoel Basílio por tudo e todas as razões que extrapolam a racionalidade.

Aos meus filhos queridos, Lucas e a Mariana, minhas duas paixões.

Ao Marcos Leocádio Sales, meu grande amor e companheiro de dissidências e utopias.

A Vanderléia e a Márcia, minhas amigas e cúmplices incondicionais neste sonho, sempre compreensíveis diante de minhas ausências e insanidades.

Ao Wellington, meu querido amigo, que, em um breve espaço de tempo, me ensinou o valor da vida e o valor da conquista através do sacrifício.

Ao Euclides e a Iraci, meu sogro e sogra, pelo grande incentivo e pelo apoio para não desistir.

Às pessoas que possuem ousadia!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por acreditar que nossa existência pressupõe outra infinitamente superior.

Aos meus pais, Manoel Basílio da Silva e Luzia do Carmo Ferreira da Silva, aos meus irmãos, ao meu esposo, Marcos Leocádio Sales, aos meus filhos, aos meus sogro e sogra e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

A Profa. Dra. Olímpia Maluf Souza, orientadora dedicada que, com paciência e maestria, soube dirigir-me os passos e os pensamentos para o alcance de meus objetivos. Maravilhoso seria se todos os pesquisadores tivessem a chance ter uma orientadora como a ela.

Agradeço a professora Águeda Aparecida da Cruz Borges, pela aceitação em fazer parte de minha banca examinadora e pelas valiosas contribuições, através das leituras atentas que só enriqueceram as minhas análises.

Agradeço a professora Ana Maria Di Renzo pelas leituras e ricas contribuições com a minha dissertação.

Agradeço aos meus demais professores e colegas do programa de Linguística, com quem pude compartilhar angústias e alegrias.

A todos os meus amigos(as), em particular Ana Cláudia, Sergilaine e Wellington pela caminhada conjunta, pela parceria teórica e pela possibilidade de fortalecer nossa amizade durante o Mestrado

Ao Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL), da UNEMAT Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), pelo fomento do presente estudo, tornando viável nosso trabalho.

RESUMO

Este trabalho se inscreve na linha de pesquisa *Estudos de Processos Discursivos*, do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) e no campo teórico da Análise de Discurso, preconizado por Michel Pêcheux, na França, e desenvolvida por Eni Orlandi, no Brasil. Sob essa perspectiva teórica, objetivamos compreender os processos de identificação do sujeito por meio das escritas que circularam/circulam em sanitários públicos. Ao assumirmos a posição teórica referida, produzimos, sobre os escritos, uma ruptura que atravessa o dizer, muitas vezes, vetado pela interdição, dando visibilidade a processos de identificação. Nossas análises trazem, pelas escritas, diferentes materialidades que mostram os modos de resistência aos processos de silenciamentos que constituem o discurso. Os recortes que compõem o *corpus* são formados por imagens que permitem, através dos dispositivos teóricos e analíticos da Análise de Discurso, dar visibilidade aos discursos colocados em funcionamento pelos dizeres em circulação, marcando diferentes posições-sujeito e possibilitando compreender os efeitos de sentido que os materiais produzem sobre os sujeitos. O funcionamento do discurso, nessa perspectiva, instala, pelo *corpus* analisado, processos de exclusão e de apartação social dos sujeitos, estabelecendo modos distintos de relacionar-se com o espaço e com a sociedade.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Processos de Identificação; Escritas em Sanitários Públicos.

ABSTRACT

This work is part of the research line Discursive Process Studies, of the Postgraduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso (UNEMAT) and in the theoretical field of Discourse Analysis, institutionalized by Michel Pêcheux, in France, and developed by Eni Orlandi, in Brazil. Under this theoretical perspective, we aim to understand the processes of identification of the subject through the writings that circulated/circulate in public toilets. When we assume the referred theoretical position, we produce, on the writings, a rupture that crosses the saying, many times, vetoed by the interdiction, giving visibility to identification processes. Our analyses bring, through the writings, different materials that show the ways of resistance to the silencing processes that constitute the discourse. The cut-outs that make up the corpus are formed by images that allow, through the theoretical and analytical devices of Discourse Analysis, to give visibility to the speeches put into operation by the words in circulation, marking different subject positions and making it possible to understand the effects of meaning that materials produce on the subjects. The functioning of the discourse, in this perspective, installs, through the analysed corpus, processes of exclusion and social separation of the subjects, establishing different ways of relating to space and society.

Keywords: Discourse Analysis; Identification Processes; Bathroom writings.

LISTA DE FIGURAS

Figura I	Charge de Luci Junior – Banheiro Público	44
Figura II	Banheiro sem Luz	47
Figura III	Arte poética	48
Figura IV	“Mundo doente”	49
Figura V	Manifestação política	50
Figura VI	Bolsonaro x Hitler	52
Figura VII	Fora Maia	52
Figura VIII	Bolsomito	53
Figura IX	Banheiros do Mackenzie – Homofobia	54
Figura X	Banheiros do Mackenzie – Homofobia	54
Figura XI	Preconceito e racismo	60
Figura XII	A questão transexual	62
Figura XIII	A questão transexual	63
Figura XIV	Empoderamento feminino	64
Figura XV	Empoderamento feminino	65
Figura XVI	Político	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	144
SANITÁRIOS PÚBLICOS: RELAÇÃO INESCAPÁVEL ENTRE ESCRITA, SUJEITO E SENTIDO	14
1.1 O público e o privado: espaço de identificação e de subjetivação na cidade	243
1.2 (Des)construindo a relação dicotômica público x privado e individual x coletivo	287
CAPÍTULO II	30
NA CONTRADIÇÃO PÚBLICO X PRIVADO: MODOS DE INSCRIÇÃO DOS SUJEITOS E DOS SENTIDOS	30
2.1 Breve histórico sobre o surgimento do espaço conhecido como banheiro/sanitário público	398
2.2 De espaço privado a espaço público: modos de inscrição do sujeito.....	41
2.3 Entre a escrita autorizada e a pichação: duas formas de interdição do sujeito	43
2.4 A escrita especular dos/nos sanitários públicos	45
CAPÍTULO III	50
SANITÁRIOS PÚBLICOS: ESPAÇOS DE INSTANCIAÇÃO DA LETRA DO/NO INCONSCIENTE	50
3.1 A escrita de/em sanitários públicos: formas representativas da arte	51
3.2 Preconceito, denúncia e resistência: o político em sanitários públicos	58
3.2.1 Discursividades eleitoreiras: o político na/da língua	59
3.3 Do/no dizer do (O)outro: o espaço da sexualidade e a questão de gênero.....	70
3.3.1 Discursividades sobre/da sexualidade	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83

REFERÊNCIAS	890
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Este estudo trata de diferentes discursos materializados em sanitários públicos que, aqui tomamos, em determinados momentos, como escritos de banheiros/sanitários, escritos latrinários e pichações. Nosso objetivo é compreender os possíveis processos de subjetivação/individuação dos sujeitos nesses espaços, em um processo de escrita que, pelo movimento de antecipação¹, tanto decorre do inconsciente quando do processo de interdição praticado pelo modo de escrita da/na escola, que conferimos a partir do gesto de interpretação das materialidades selecionadas para análise, a fim de mostrar os efeitos de sentido que elas produzem nos/pelos processos observados.

Nosso interesse pela pesquisa surgiu na graduação, pelo contato com diversas escritas de banheiro de uma escola pública da cidade de Cáceres-MT. À época, enquanto bolsista PIBID/Língua Portuguesa, atentamo-nos, em princípio, para o caráter agressivo dessas escritas, aqui designadas como pichações que, geralmente, se utilizam de xingamentos e/ou palavras ou expressões pejorativas, de baixo calão. Desse modo, interessou-nos olhar para a materialidade desse objeto simbólico, de modo a compreender como, nesse espaço, a língua textualiza processos de identificação, pertencimento e de significação em uma escrita que encontra, no banheiro público, seu espaço de circulação.

Para a consecução dos objetivos propostos, buscamos dar visibilidade aos modos pelos quais as condições de produção, a exterioridade constitutiva e a ideologia, materializadas nas diferentes grafias discursivas, inscritas em banheiros/sanitários públicos, funcionam nos processos de identificação/subjetivação dos sujeitos que escrevem/leem estes enunciados, marcados pelo jogo das projeções imaginárias e pelas condições de produção que determinam cada modo de (se) dizer, através da escrita.

Nossa pesquisa encontra-se ancorada nos construtos da Teoria da Análise de Discurso, criada por Michel Pêcheux, em meados dos anos de 1960, na França, e trazida para o nosso contexto educacional pela linguista brasileira, Eni Orlandi, na década de 1980.

Tomar essa perspectiva teórica implica em compreender os processos de identificação como funcionamentos ideológicos, que, ligados materialmente ao inconsciente, fazem com que o sujeito se identifique e se constitua em uma dada posição no discurso, sem

¹ O processo de antecipação se coloca em toda a relação de interlocução, quando os sujeitos, pelas formações imaginárias, tentam antecipar o dizer do outro, marcando seu dizer por essas antecipações.

que esse processo decorra de uma deliberada intenção. Além de se constituir como espaço carregado de sentidos e atravessado por diversos discursos, os escritos ainda possibilitam distintos gestos de interpretação, pois, pela Análise de Discurso, é possível tomar as discursividades de tal modo a observar, na língua, o lugar do equívoco, da não transparência e, portanto, da falha.

Como já foi dito, ampliando o foco de estudo do nosso trabalho, pretendemos analisar a escrita de banheiros públicos, situados em vários lugares da cidade e ou país, para compreender como o sujeito se identifica e se subjetiva a partir dos dizeres inscritos nesses lugares.

Compreendemos que tais escritos conferem ao sujeito modos de constituição, assim, interessa-nos olhar para as diferentes materialidades (discursividades) desses espaços não tão convencionais enquanto objeto simbólico, de maneira a analisar como a língua textualiza processos de identificação/subjetivação pela escrita e que toma o banheiro público não só como espaço de circulação de e para todos, mas como sendo um espaço carregado de sentidos, do individual ao coletivo, para ‘se’ dizer, dizer ‘o outro’, sobre o outro, ou sobre situações/questões aleatórias.

Uma pesquisa dessa natureza poderá contribuir para a continuidade do processo de formação acadêmica, visando rever e repensar o espaço significativo do banheiro público. O modo como tais enunciados dão visibilidade às formações ideológicas possibilita, ainda, que, em determinadas condições de produção, o sujeito se identifique e se subjetive no e pelo inusitado, imprevisto e provisório do dizer.

Dentre as perguntas que nos movem na busca dessa compreensão, destacamos: Quais as formulações constituem as discursividades dos banheiros públicos? De que modos essas discursividades significam para/por sujeitos? Como se dá a relação dicotômica e polissêmica entre público x privado, individual x coletivo?

Para tanto, nosso trabalho encontra-se dividido em três capítulos, subdivididos em tópicos, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo *Banheiros/Sanitários públicos: relação inescapável entre escrita, sujeito e sentido* apresentamos noções sobre o urbano, a escrita e o sujeito, a partir do contexto abordado, tanto o do inconsciente quanto o da escola, visto que ambos permitem compreender o processo de imbricação e de constituição mútua, pois, pela perspectiva discursiva, é possível pôr em relação, por meio da escrita, a cidade, os sujeitos e os sentidos, balizados por funcionamentos inconscientes. Também, abordamos as questões que descontroem a ideia dicotômica entre o público e o privado, o

individual e o coletivo, demonstrando o entrelaçamento que existe entre tais esferas e como a representatividade do sujeito aí se apresenta.

No segundo capítulo, *Na contradição público x privado: modos de inscrição dos sujeitos e dos sentidos*, buscamos aprofundar os constructos teóricos sobre o tema, retomando desde a versão histórica sobre o surgimento desse espaço (sanitário público), seu deslocamento entre a concepção privada e pública até a percepção enquanto local possível e passível de inscrição do sujeito e, conseqüentemente, dos sentidos.

Por fim, no terceiro capítulo, *Sanitários Públicos: espaços de instanciação da letra do/no inconsciente*, analisamos situações pontuais, por meio de imagens e pichações, presentes em sanitários públicos, na tentativa de compreender, nesses registros, formas representativas da arte, da denúncia, do diálogo, do preconceito, da resistência, do político e de discursos marcados por questões relativas à sexualidade humana, constituindo o espaço como dicotômico e sujeito à sobreposição de muitas vozes, instaladas por diferentes posições-sujeito, ditadas pelos modos como a escola e o inconsciente as constituem.

CAPÍTULO I

BANHEIROS/SANITÁRIOS PÚBLICOS: A RELAÇÃO INESCAPÁVEL ENTRE ESCRITA, SUJEITO E SENTIDO

Em uma concepção estruturalista, que nos serve apenas para inferir sobre o objeto deste trabalho, o que difere o ser humano dos demais seres vivos é o fato de possuir pensamento abstrato que lhe confere a capacidade de (re)produzir seus pensamentos por meio da linguagem e de simbologias. Nesse sentido, a linguagem se caracteriza como uma forma de expressão, a qual influencia e é influenciada pelo psiquismo, a partir do processo cognitivo. Assim, tal entendimento permite vislumbrar, diante do comportamento das pessoas, nos âmbitos cultural e social, as formas de comunicação e expressão, seja por desenhos rupestres, na Antiguidade ou, ainda, nas atuais escritas em muros, paredes e sanitários, dentre outros.

Dessa forma, a linguagem assegura, enquanto comunicação, uma possibilidade de os indivíduos fazerem parte de uma sociedade (estarem inseridos) e interagirem com seus semelhantes. Com isso, a comunicação humana pode e se desenvolve das mais variadas maneiras, por incontáveis meios e inúmeras formas de acesso, lugares e objetos como: carteiras escolares, mesas, cédulas de dinheiro, muros, paredes, portas, árvores, placas, *outdoors* etc. (praticamente quase tudo), que servem como exemplos de superfícies utilizadas pelo indivíduo para a manifestação da escrita, que, nessa concepção, é tida como linearizada e como referência da palavra à coisa.

Contudo, nessa pesquisa, pretendemos abordar a linguagem por uma vertente discursiva, tornando visível o fato de que, conforme Orlandi (2009, p. 22), “[...] a linguagem serve para comunicar e não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”. Com esse entendimento, tomamos a linguagem na forma de escrita materializada nos espaços de sanitários públicos, enquanto locais utilizados por algumas pessoas para deixar um registro, às vezes íntimo, às vezes transgressor e, muitas vezes, indicativo dos desejos, sonhos, medos, revoltas, amores e desamores. Esses modos de inscrição² decorrem de processos de interdição, ditados pelo

² Os modos de inscrição, que são da ordem de um funcionamento histórico-ideológico, determinam as escritas dos sujeitos. Daí a distinção entre inscrição e escrita.

inconsciente e pelos modos como a escola veta uma escrita de si, como mostraremos pelas análises.

Em outras palavras, o sanitário público serve de local para manifestação de desabafos, materializando-se como um palco, um divã ou, ainda, como espaço de criação e experimentação artística, que não é imediatamente percebido pelas pessoas que ali circulam, pela naturalização dada a esse processo de escrita, como uma *escrita de si*, uma escrita dos desejos dos sujeitos, dos mais sublimes aos mais insidiosos.

Tal escolha se deu, pois, entendemos que a análise das escritas em espaços diferenciados (que não o convencional – livros, revistas, jornais etc.), como é o caso das inscrições em sanitários públicos, refere-se a um estudo de extrema relevância, não somente pela sua pertinência enquanto gênero textual, mas por nos possibilitar melhor compreensão dos aspectos identitários dos sujeitos, visto que essa forma de escrita não se encontra registrada e resguardada na literatura ou em outros documentos convencionais.

Assim, discorreremos, neste primeiro capítulo, sobre o urbano, a escrita e o sujeito dentro do contexto dos sanitários, assegurando, para a compreensão desses três aspectos, a perspectiva discursiva, que põe em relação, pela escrita, a cidade (a escola), os sujeitos e os sentidos, todos atravessados pelos modos de constituição do inconsciente. Dessa maneira, esse espaço materializa, enquanto objeto simbólico, a escrita de sujeitos que funcionam determinados por desejos inconscientes, portanto, desconhecidos deles próprios, conforme Lacan (1998).

De outro lado, o sujeito, funcionando por uma anomia, produz-se nas escritas pelo anonimato autoral³, contudo, conforme Foucault (1987), o sujeito sempre deixa marcas, pegadas, que, no caso dos sanitários públicos, permitem analisá-las, à medida que travamos os caminhos que esta escrita nos possibilita, ou seja, os efeitos que ela produz, instalando sujeitos e sentidos.

Para essa tomada, somos guiados, pois, pela corrente teórica da Análise de Discurso (AD) que, por sua vez, se filia à Escola Francesa de Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux, em 1960 na França, e difundida por Eni Orlandi (2012), no Brasil, como já anunciado. Assim sendo, deslocamo-nos das concepções de linguagem como expressão do

³ Tomamos a expressão “anonimato autoral” como um modo de se colocar na autoria, pois toda escrita pressupõe um autor, mas, no caso dos sanitários públicos, trata-se de um autor que não se autoriza em razão do jogo de interdições a que está sujeito.

pensamento e comunicação, como mostrado nos primeiros parágrafos deste capítulo, para assumi-la nos moldes como defende esta nossa tomada teórica.

Todavia, antes de iniciar as discussões sobre escrita, sujeito e espaço urbano, é importante dizer da importância dos pressupostos básicos da Análise de Discurso, que mostram que a língua e o sujeito se constituem ao mesmo tempo (ORLANDI, 2012). Essa compreensão decorre do percurso dos trabalhos realizados por Pêcheux, na década de 1960, que possibilita, por sua grandeza, a compreensão sobre a força da reflexão discursiva quando pensamos a escrita. Assim, perguntamos: o que significa dizer que sujeito e a língua se constituem um ao outro?

Significa compreender que esta relação é constitutiva, ou seja, o sujeito só compreende as relações de sentidos e as relações sociais pela língua e, por conseguinte, pelo simbólico, assim, o sentido, propriamente dito, se faz nessa relação com o sujeito perpassada pela ideologia no decorrer da história.

Nessa perspectiva, de acordo com Pêcheux (1988), a posição-sujeito refere-se a um objeto imaginário que ocupa seu espaço no processo discursivo. Com isso, o sujeito não é apenas um, mas sim várias posições-sujeito, decorrentes das formações discursivas e ideológicas em que o indivíduo se insere, fazendo com que a escrita, o espaço e o sujeito estejam conectados e interligados na e para a produção dos sentidos. A formação discursiva compreende reduto do dizer que “[...] se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2009, p. 43).

Para compreender os dispositivos teóricos e analíticos em funcionamento no objeto que recortamos para a pesquisa, por nós designado como sanitários públicos, é preciso antes compreender o funcionamento das Termas (em latim, *Thermae*) na Roma antiga⁴, que eram nomeações destinadas a dar conta dos locais de banhos públicos pelos romanos, uma vez não haver banheiros nas casas.

Com o passar do tempo, os banheiros passaram a compor a arquitetura das casas e a necessidade de banhos públicos foi arrefecendo. Assim, os banheiros domésticos, destinados ao banho, no princípio, aos poucos passaram a contar com uma parte sanitária, destinada à satisfação das necessidades fisiológicas (fezes e micção).

⁴ Os banhos públicos se popularizaram com os romanos, embora essa prática fosse adotada há muito tempo antes pelos caldeus. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Termas_romanas. Acesso em 12 de jan. 2020.

Essas necessidades fisiológicas que, dadas a sua imperiosidade, eram feitas anteriormente nas ruas, passaram, por uma imposição do processo civilizatório, a demandar espaços na cidade, construídos e destinados à deposição desses dejetos humanos.

Desse modo, surgiu o que, hoje, denominamos de sanitários públicos⁵, passando a compor os modos de espacialização de sujeitos e de sentidos na/para o que é da ordem do urbano.

Nossa referência ao sanitário público coloca-se, então, como um contraponto ao banheiro domiciliar, pois a casa e seus cômodos refletem, segundo Bachelard (1989), a ideia de segurança e de privacidade. Desse modo, nas casas, os banheiros funcionam como lugares íntimos para a higiene pessoal e para o alívio das necessidades fisiológicas, mas nunca como espaço destinado à materialização de uma *escrita de si*.

Tomamos a escrita no espaço da cidade, especialmente nos sanitários públicos, como o modo pelo qual o sujeito, segundo Indursky (2016, p. 34), “[...] lança mão para relacionar-se com a história, com seu tempo, com a sociedade, em suma, para inscrever-se no corpo social. E, é por meio desse fazer do sujeito, que sua escrita se inscreve também na memória social”.

Desse modo, não há como pensar o sanitário público fora do espaço urbano e é por esse movimento, que tomamos o funcionamento histórico-ideológico do que é da ordem do cidadão como algo que não está organizado ao acaso, visto que possui uma espessura particular, uma materialidade simbólica que o constitui, de modo a exprimir específicos períodos de organização social na história, devido aos processos civilizatórios e sociais que se ligam a ele. Observa-se que hoje, na cidade, as relações sociais ganham um novo contexto analítico, influenciado pelo desenvolvimento de novas tecnologias e pelo aparecimento de novos hábitos de morar, trabalhar, produzir e comunicar, implicando no reconhecimento de novas formas de compreender a cidade.

Partimos do pressuposto de que a escrita é o meio pelo qual a cidade entra na ordem do simbólico, por meio de discursos que produzem efeitos de sentido para os espaços urbanos, em suas mais complexas tramas de significação.

⁵ Esses espaços podem ser chamados de banheiros públicos (podendo ou não incluir espaço para banhos); de WC (sigla da expressão inglesa *Water Closet*); de toilette/toaleta (apartamento sanitário), de sanitários públicos (com cabines destinadas às necessidades fisiológicas) etc. A partir daqui adotaremos a expressão “sanitário público” para marcar o contraponto entre o espaço domiciliar destinado às necessidades fisiológicas e a edificação urbana de um espaço destinado ao mesmo fim, enquanto demanda dos processos de civilização e de saúde pública. Disponível em: <https://www.significados.com.br/wc/>. Acesso em 12 de jan. 2020.

Rolnik (1995) conceitua a cidade como um ‘imã’, que reúne um conjunto de setores que interagem entre si, numa relação de complementariedade, em um trabalho organizado, de modo a suprir as necessidades a partir de cada exigência imposta pelas diferentes sociedades. A cidade, como escrita, surge pela maturação do ser humano em lidar com suas necessidades; pela escrita, os sujeitos começam a registrar a acumulação de riquezas, a controlar a circulação de outras pessoas na cidade, bem como gerenciar os modos de produção mercadológicos. A escrita gira em torno de um centro de produção e de consumo e, assim, a cena urbana faz-se em torno desse comércio.

Nessa direção, as formas de escrita, colocadas em circulação na cidade, voltam nossa atenção àquela constituída pelos sujeitos que se instituem como autores anônimos das escritas de sanitários públicos, de modo a tentar compreender de que maneira essa escrita se constitui como gesto de pertencimento no/do espaço urbano, materializando, como já dissemos, modos particulares de manifestação dos desejos do sujeito.

Balizada pela Análise de Discurso, nossa concepção de escrita resulta da prática de um sujeito atravessado pelo inconsciente e afetado pela ideologia, por um lado, e, por outro, ela se produz com base na retomada de saberes que, inscritos no interdiscurso, se produzem pelo trabalho entrecruzado da interpretação, da memória e do esquecimento.

Nosso propósito, como anunciamos, é o de analisar as muitas escritas que se instalam em sanitários como lugares públicos de forma a compreender os modos de dizer que ali são produzidos, (re)significando o espaço e sua materialidade, pois, diferentemente dos banheiros caseiros, a escrita em sanitários públicos, a escrita latrinária os configura como a materialização (composição física) daquilo que não é permitido ou que é censurado, uma vez que, antes mesmo de ser uma simples divisão do espaço, é um processo de regulação dos corpos, a partir do gênero.

O banheiro caseiro associa-se, assim, mais diretamente à noção de banho do que propriamente aos sentidos de local destinado à deposição de dejetos que necessitam ser eliminados para garantir a saúde do sujeito. Assim, embora o banheiro carregue sentidos do que é da ordem do sanitarismo, nos espaços públicos da cidade eles se instituíram com essa função precípua, ou seja, como espaço destinado à sanitização/higienização das cidades. Assim, a instalação dos sanitários, enquanto espaços públicos destinados à remoção ou redução da carga microbiana dos espaços comuns na cidade (as ruas, as praças etc.), surgiu da necessidade de higienização, de limpeza, de desinfecção dos espaços de convivência.

Esses espaços, nascidos do movimento sanitário de limpeza da cidade, tornaram-se, para além daquilo que a sociedade organiza e conforma como um poder-saber, espaços de manifestação de uma escrita autoral, mas anônima, que picha o que é interdito em outros espaços. Esse interdito decorre tanto das formas de cerceamento produzidas nas escolas, que só autoriza uma dada forma de escrita, quanto da interdição própria do sujeito, que precisa desses espaços para dar vazão, ainda que na forma de objeto metonímico, aos seus desejos, dos mais sublimes aos mais insidiosos.

Nas palavras de Foucault (1999, p. 297), é esse poder-saber que faz a divisão do espaço e dos corpos, visto que se trata de uma técnica que,

[...] centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população.

Nesses modos de compreensão, é “[...] no enredo discursivo da cidade [...] que vemos a oportunidade de reconhecer o corpo [...] como material simbólico, inscrito por e na linguagem, no tecido discursivo complexo que o enreda” (BORGES, 2018, p. 43). Desse modo, o sanitário se constitui, enquanto espaço público na cidade, como um espaço marcado pelo poder-saber dado pela cultura, instalando-se como espaço de manifestação do que é da ordem do proibido, do interdito, em outros espaços.

Orlandi (2002, p. 233) compreende que, “[...] a escrita especifica a natureza da memória, ou seja, define o estatuto da memória (o saber discursivo que determina a produção dos sentidos e a posição dos sujeitos), definindo assim, pelo menos em parte, os processos de individualização do sujeito”.

Assim, uma sociedade de escrita, mais do que mover o sujeito a escrever, exige-lhe a escrita como condição de inserção social, regulada por determinados mecanismos de controle, mas não lhe dá condições para que o seu dizer faça história. Então, a escrita, em sanitários, instala-se como uma forma de transgressão à ordem estabelecida socialmente.

Contudo, quando falamos de forma de transgressão, não significa que o sujeito está livre para escrever “como bem entende”, já que, para se constituir autor, o sujeito se inscreve na ordem do já-dito, do já-estabelecido e, a partir disso, singulariza o seu dizer, (re)significando o sentido estabilizado, questionando o senso comum. E desse processo emerge o efeito-sujeito, que está ligado aos efeitos de responsabilidade, de evidência e de

autonomia do autor. Daí a necessidade de se apagar a autoria, em razão do anonimato, na forma de escrita em sanitários públicos.

Retomando a reflexão de Orlandi (2002), é preciso pensar a escrita em relação ao real da história e à historicidade do sujeito (e do sentido). Se, no primeiro caso, consideramos a relação da escrita com a Instituição no confronto do simbólico com o político, no segundo, é a relação do homem com o simbólico que se apresenta, pondo em jogo a constituição do sujeito em sua relação com a ideologia. Portanto, a escrita não pode ser separada nem da história nem do sujeito, uma vez que é na escrita que se materializam os fios da história, os quais determinam os modos de individualização (subjativação) do sujeito. Trata-se, então, de um espaço de subjativação marcado pela tensão, visto que é contraditório e atravessado pela alteridade.

A autora afirma que “[...] a escrita é uma relação do sujeito com a história [assim,] a inscrição do sujeito na letra é um gesto simbólico-histórico que lhe dá unidade, corpo, no corpo social” (ORLANDI, 2006, p. 24). Em outras palavras, o sujeito se singulariza no gesto da escrita, sendo que os modos de individuação desse sujeito se dão de formas diferentes nas diversas conjunturas históricas. Portanto, o sujeito moderno, capitalista, se relaciona de forma diferente com a escrita daquela do sujeito da época do Cristianismo, por exemplo.

A escrita é, pois, uma forma de o sujeito buscar uma completude, embora saibamos que ela é sempre ilusória. É pela/na ilusão de completude, de unicidade que o sujeito se constitui autor, produzindo o que Pêcheux ([1975], 1995) chamou de “unicidade imaginária do sujeito”, a qual se produz pela identificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito da Formação Discursiva que o afeta, e que resulta no “efeito-sujeito”.

Nesse processo, os modos de aparição da escrita estão determinados pelos modos de subjativação e individuação que constituem o sujeito, pela alteridade. No caso da escrita nos sanitários públicos, observamos que os dizeres lá encontrados sugerem uma prática que se constitui na relação com o social, nos espaços e nas condições de produção que se fundem para expressar como o sujeito a compreende, vive e lida no social e a forma como se expressa, que entendemos ser particular na relação com cada tipo de escrita.

Com isso, o processo de homogeneização, característico das práticas dessa escrita, pode configurar-se como causa de resistência a uma escrita regulada, organizada, uma escrita urbana, imposta como tarefa a cumprir e que, muitas vezes, impacta, “toca” o sujeito. Entendemos, no entanto, que a resistência não promove uma autoria, já que nos sanitários públicos não há uma via autoral única de transgressão.

Assim, o sentido de urbanidade, de público e de privado, também, está presente como forma reguladora do dizer nesse espaço, uma vez que o sujeito se identifica ou não com o que está sendo enunciado. Nessa direção, as escritas funcionam, de alguma maneira, na ordem de um público para um privado, pois, se o sujeito escreve no sanitário, um lugar legitimado como de todos pelos sentidos do público, é porque almeja ser ouvido, lido, interpretado, mesmo que este lugar seja criado com o propósito de atender a uma necessidade privada, em função de suprir uma urgência fisiológica corriqueira.

Além disso, no caso da escrita no espaço do sanitário público, o espaço (lugar) pode ser um incentivo para o processo de escrita, já que se constitui de modo a propiciar uma “aparente” liberdade de dizer de si/do outro, o que faz com que a pensemos como sendo fruto de ações políticas, de resistência, de denúncia, de expressão artística, de ofensa ou outras, possibilitando contemplar o processo de contradição inerentes tanto do sanitário enquanto espaço público e privado quanto do sujeito autor anônimo dessa escrita.

Por esse funcionamento, o sanitário público nos permite trabalhar no intervalo entre dois conceitos discursivos: um que o legitima, valorizando-o, em detrimento de outro, que o desautoriza, sem, contudo, deslegitimar a ambos os funcionamentos, pois, nessa forma de escrita, é preciso considerar os lapsos, as falhas, os silenciamentos, os traços gráficos, as imagens como elementos que constituem a materialidade dessa forma particular de escrita e de instalação de sujeitos.

Dito de outro modo, e de maneira a colocar o espaço estudado, a contemporaneidade se exerce de modo a marcar as relações de poder, determinando o modo como o sujeito moderno se relaciona com a escrita, que, para Orlandi (2002, p. 233), “[...] é lugar de constituição de relações sociais, isto é, de relações que dão configuração específica à formação social e seus membros”. A partir dessa perspectiva, a sociedade, diretamente relacionada com o processo verbal e não verbal de comunicação, instala muitas formas de escritura na cidade a qual passa pela legitimação, conforme o espaço institucional que ocupa. Nesse funcionamento, o gerenciamento do espaço público é um exemplo desse processo da escrita como elemento estruturante na/da cidade.

Situando o objeto de estudo no espaço da cidade, é importante atentar para o fato de que no espaço urbano, que é constitutivamente público, há espaços em que os sujeitos que escrevem e que leem, estabelecem posições, nem sempre muito distintas, mas complementares, de um mesmo processo na/da língua, ao qual a análise de discurso atribui

como sendo da ordem da alteridade. Nessa direção, a escrita serve-se como veículo de protesto, de denúncia social, em que o discurso engajado toma diversas formas de inscrição.

Nesses modos de funcionamento, o espaço urbano funciona como um pano de fundo das práticas sociais, significando a cidade pelas formas de escrita que esta assume nos mais diversos meios de produção de linguagem. É nessa perspectiva que a cidade revela a importância da análise da ordem simbólica que a abarca, de modo a compreender, na relação entre o sujeito, o espaço e a escrita, as memórias que compõem e que costuram as relações com o espaço citadino, em seus mais diversos modos de textualização. A regularidade da escrita, no espaço urbano, nos faz olhar, pensar, agir e falar sem nem ao menos notarmos os sentidos que circulam em determinados ambientes, daí tomar as inscrições em sanitários nessa relação.

É por essa razão que as formas de escrita, colocadas em circulação na cidade, chamam nossa atenção, especialmente a escrita constituída pelos sujeitos à margem do social⁶, de maneira a tentar compreender esses modos de significação constituindo-se como gestos de pertencimento no espaço urbano, fazendo com que este, o espaço citadino, seja revestido por características específicas, cujas materialidades simbólicas embasem sua constituição, uma vez que exprime específicos períodos de organização social na história, pois a estrutura da cidade não está organizada ao acaso, mas decorre dos processos sociais que a constituem.

Observamos que, hoje, na cidade, as relações sociais ganham um novo contexto analítico, marcado pelo desenvolvimento de novas tecnologias e pelo aparecimento de novos hábitos de morar, trabalhar, produzir e comunicar, instituindo novas formas de compreender o espaço na relação com os sujeitos que nele habitam.

Orlandi (2012) explica que a escrita urbana e suas formas denunciam os modos de existência dos sujeitos e das relações sociais que ali se praticam. Nesses modos de organização, há maneiras específicas de a escrita se colocar nos respectivos lugares, pois não é permitido ao sujeito escrever em qualquer lugar, uma vez que a lei e a ordem que circulam na cidade funcionam como reguladores da moral, do respeito e da civilidade dos cidadãos que nela vivem, ou seja, no urbano.

⁶ *Sujeitos à margem do social* são os marginalizados, ou seja, aqueles que vivem “[...] o processo social de se tornar ou ser tornado marginal (relegar ou confinar a uma condição social inferior, à beira ou à margem da sociedade). Ser marginalizado significa estar separado do resto da sociedade, forçado a ocupar as beiras ou as margens e a não estar no centro das coisas. Pessoas marginalizadas não são consideradas parte da sociedade”. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marginaliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 05 de abr. 2020.

Podemos dizer, então, que se trata de uma autoria que se produz por diferentes sujeitos, em que o processo de textualização é marcado por constantes interrupções, que remetem as categorias referentes aos modos como essa escrita se apresenta, seja ela de arte, resistência, denúncia, discurso do outro, gêneros, entre outros os quais funcionam como categorias de vários discursos, mas que não o isentam do efeito ideológico produzido pelo social. Ou seja, no processo da escrita nesses lugares, a responsabilidade pelo dizer é de todos e de ninguém ao mesmo tempo, ficando, muitas vezes, difícil de identificar marcas próprias de autoria.

Portanto, seja no espaço público, seja no espaço privado, ou na escrita do cotidiano, o sujeito carrega as características da contradição e da incompletude, movimentando-se num espaço tenso, que é o da subjetividade na linguagem. Espaço da transgressão, da falta, do qual deriva uma relação dinâmica entre identidade e alteridade. Enfim, parafraseando Pêcheux (1997), é porque há o outro nas sociedades e na história, é que há identificação e, por sua vez, o trabalho da interpretação.

A Teoria Materialista do Discurso de Pêcheux da década de 1960 concebe a língua como parte de um processo histórico-social e coloca o sujeito e o sentido como partes desse processo, enquanto uma “[...] entrada irremediável e permanente no simbólico” (ORLANDI, 2005a, p. 9), ou seja, um “[...] compromisso com os sentidos e com o político. O sujeito é um lugar de significação historicamente constituído” (ORLANDI, 1996, p. 210).

Para a autora, é possível compreender a teorização sobre o sujeito constituída por dois movimentos diferentes, mas inseparáveis. A autora explica que em um primeiro movimento parte-se do indivíduo de natureza psicobiológico denominado indivíduo 1. Esse primeiro movimento permite compreender a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, constituindo-se, pela materialidade simbólica, como forma-sujeito histórica. Ou seja, todo indivíduo para se significar como sujeito necessita sofrer o processo de interpelação ideológica.

Esse funcionamento nos permite compreender como ocorre o processo de individuação do sujeito, isto é, com a forma-sujeito-histórica constituída é que se dá o processo de individuação do sujeito. Assim, “[...] a forma-sujeito-histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social” (ORLANDI, 2009, p. 10), uma vez que o Estado capitalista produz, pelo funcionamento das instituições, as formas de individuação do sujeito.

Se o espaço urbano significa para o sujeito um local para expressão dos seus sentimentos, é porque a representação desse espaço faz sentido para o sujeito, como sendo o local no qual ele pode ressoar – o que não lhe é permitido fazer em sua casa ou outro lugar, seja por vergonha, imposição, insegurança – um conjunto de significantes presentes em sua memória discursiva.

Nesse entendimento, o sanitário público, local constituído para tais registros, permite ao sujeito se situar no mundo, uma vez que se fez sentido e se está registrado no mundo das significações, ou seja, o sujeito passa a se reconhecer, a partir das suas inscrições nesses espaços, e a se movimentar nas diversas posições-sujeito, dando vazão e significado à memória discursiva que o constitui.

Nessa perspectiva, o espaço urbano, trabalhado discursivamente pela produção social e histórica de enunciados inscritos nos sanitários públicos, funciona como uma espécie de metáfora, visto que acaba sendo destinado ao confronto entre as diferentes posições-sujeito, que se formam a partir das suas representações em locais diferenciados (casa, escola, sanitário público etc.), interferindo e marcando o processo de construção identitária, dado a partir das práticas sociais na cidade.

No intuito de fortalecer as reflexões teóricas na relação com o objeto de estudo, desenvolvemos, no próximo tópico, a relação de constitutividade entre o que é da ordem do público e da ordem do privado e os modos de atravessamento de um sentido pelo outro.

1.1 O público e o privado: espaço de identificação e de subjetivação na cidade

Nosso propósito nesse tópico é o de realizar uma reflexão acerca do espaço público no contexto da cidade, em que procuramos enfatizar que os lugares do espaço urbano podem contribuir para a formação de uma concepção sobre o espaço público, enquanto lugar de sociabilidade urbana.

Para tanto, buscamos compreender o espaço público, ao nos distanciarmos da generalização de muitos sentidos em torno do conceito, que geralmente leva à incompreensão do que, realmente, seja o espaço público na/da cidade. Ao trabalharmos com algumas perspectivas sobre essa temática, destacamos dois conceitos fundamentais da AD, quais sejam, o de *subjetividade* e o de *individuação*, que corroboram a compreensão dos lugares da cidade, como espaços carregados de sentidos.

Inicialmente, todavia, cumpre-nos abordar a relação existente entre o público e o privado, por se tratar de matéria que sempre se coloca em pauta dentro das mais variadas discussões. Nessa perspectiva, chama-nos a atenção a relação entre o público e o privado, posta por Martins (2005), como análise do conhecimento, uma concepção recente, que passa a atribuir notoriedade à questão, tanto dentro da consciência social contemporânea quanto e, sobretudo, por se tratar de uma questão ainda eivada de contradições, portanto, uma questão problemática. No plano teórico e filosófico, a análise do espaço público sempre esteve relacionada ao debate entre o público e privado, incorporando nessas reflexões diversos temas tratados pelas Ciências Sociais como: cidadania, democracia, identidade, cotidiano, espaço vivido, memória, cultura, segregação, exclusão, fragmentação, dentre outros. Enfim, uma série de conceitos, categorias analíticas e noções estão presentes na discussão recente em torno do espaço público.

Conforme defende Carrano (2002, p. 5-6), os espaços nas cidades têm se constituído como

[...] territórios-fortaleza [...] transforma[ndo] espaços públicos e privados em lugares de aprisionamento. Muitas iniciativas vigilantes criam o quadro geral de aprisionamento coletivo no qual os habitantes das cidades não só se acostumaram, como passaram a julgar racionalmente desejável, face ao sentimento de segurança proporcionado. [...] o próprio corpo tende a tornar-se também hermético e impermeável a outros corpos. Considerando que as cidades são feitas das relações que as constituem, torna-se coerente pensar na metáfora da cidade como um corpo que se esquadreja, buscando tornar-se imune a si mesmo.

Nesse contexto de insegurança, o sanitário público coloca-se como lugar de identidade para um sujeito que segura e anonimamente diz de si. Por essa razão, compreendemos que o espaço público pode ser considerado em sentido polissêmico, visto que a precisão cabal do seu significado se torna possível apenas quando analisado em oposição ao privado, numa relação contínua de oposição.

Observamos, então, que à noção de privado correspondem os registros da privacidade, daquilo que por ser considerado próprio da intimidade, excluindo qualquer direito externo de intervir ou de participar. Aqui a noção de privado vem no sentido de privar, de retirar do mundano, de domesticar e de levar para o domínio doméstico.

Nesse funcionamento, a noção de público emerge sob a roupagem da vida pública, com suas conotações de convívio social e de acesso aberto ou irrestrito e, conseqüentemente, de âmbito propício para locais pecaminosos. As dicotomias notáveis, relacionadas a essa

dimensão, são observadas, por exemplo, na tensão existente entre a casa e a rua, entre a família e o mundo. Assim, entre a liberdade permissiva e a insegurança que graça nas cidades, o que é da ordem do público necessita ser particularizado para funcionar de modo a produzir amparo para o sujeito.

De acordo com Arendt (1983), de forma abrangente, o termo “público” significa dois fenômenos relacionados, mas não idênticos: 1) o que é público pode ser visto e escutado por todos e possui maior publicidade possível; e 2) o termo se refere ao próprio mundo que é comum a todos os seres humanos e se diferencia do ponto de vista do lugar privado que cada pessoa ocupa nele.

O sanitário na cidade é, então, esse espaço público onde o sujeito, na ilusão da segurança e de privacidade, produz uma escrita anônima, uma escrita que fala de si e dos seus desejos, inscrevendo-o na ilusão de pertença à ordem do urbano.

Nas palavras de Orlandi (2012, p. 169), essa escrita “[...] é uma forma de inscrever o sujeito na ordem social”. Assim, além de ser uma prática social, ela é também uma prática política, pois o sujeito-autor é um sujeito interpelado pela ideologia e seu trabalho discursivo de escrita dá-se à luz de uma dada determinação ideológica. O político, por conseguinte, determina, na escrita, o que vai carregar nela própria os vestígios dessa determinação.

Nessa compreensão, a cidade traz consigo toda a complexidade inerente ao seu processo histórico de construção, conferindo-lhe, para além desta complexidade, significados diversos, alguns deles conflituosos, mas que não nos permitem, por assim dizer, pensar e lê-la a partir de uma perspectiva homogênea, estática, pois a cidade, para além do concreto e do asfalto, é um organismo vivo, pulsante, que se permite ler e escrever, uma vez que tais aspectos se apresentam intrinsecamente ligados ao ato de se relacionar com o espaço citadino.

Assim, a cidade é, indiscutivelmente, múltipla, pois, sob a cidade tangível e perceptível a olho nu, descortinam-se outras análogas e invisíveis, traçadas por vestígios do passado, por memórias e impressões que refletem as experiências citadinas. Nesse entendimento, as experiências de escrita são múltiplas, complexas, pois, há uma escrita que se oculta sobre outra, uma escrita que carrega traços de memórias presentificadas, fruto de um tempo que se escoou, mas que deixou vestígios que podem ser recuperados, visto que continuam produzindo seus efeitos indelévels.

Há uma superposição de camadas de experiência de vida que incitam ao trabalho de um desfolhamento, de uma espécie de arqueologia do olhar, para a obtenção daquilo que se encontra oculto, mas que deixou pegadas, talvez tão imperceptíveis que é preciso descobri-las,

perscrutá-las, analisá-las. Assim, essa escrita enquanto sintoma, composta por espaços, práticas, lugares de memória etc., nos permite, por meio de um olhar aguçado, ler o lugar, ler os sujeitos, suas demandas e os sentidos que daí decorrem.

Os escritos de sanitários públicos vão impondo-se como um documento a ser lido, como um texto a ser decifrado. Cabe ao analista entender esse emaranhado de tempos, de espaços e de memórias, para recuperar as camadas e as relações entre elas, decifrar seus enigmas, numa arqueologia social dos sujeitos e dos sentidos.

Como dito anteriormente, esse processo de escrita e de leitura não se faz sem conflitos, pois aquilo que se escreve e/ou aquilo que se apaga se dá em um campo de luta política, nos quais as visões diferentes sobre os usos e os sentidos da cidade se confrontam. Tal percepção pode ser mais simples se pensarmos, por exemplo, nas ações do poder público ou privado, ao interferir no espaço cidadão. Tal interferência, muitas vezes, encontra resistência da sociedade civil organizada, moradores de um determinado bairro, comunidade, etc., pelo direito ao uso da escrita nesse espaço que é a cidade.

Muitos, inclusive, são apagados de determinados espaços, considerando que essa dinâmica do escrever/ler não se faz sem o processo de apagar, do esquecimento, prevalecendo determinadas escritas em detrimento de outras. Tal problemática é complexa, pois estamos lidando com um universo plural, permeado por classes divergentes, e olhares e formas de escrita diferentes. Se há conflito, disputa, devemos supor, portanto, que nesse processo de luta, marcas foram apagadas e outras preservadas, determinando, assim, o que a sociedade presente e futura deverá lembrar como resquícios de um passado.

Neste campo de luta política, a escolha de memórias, do que lembrar, não é trivial e nem se faz com neutralidade, pois o sujeito é tomado ideologicamente. Desse modo, não é difícil perceber, ao caminhar pela cidade, na fachada de prédios, sobre ruas e calçadas, museus e praças, a presença de vestígios de passados, de memórias preservadas que são postas em contato direto com o transeunte, por mais que esse, na correria do dia a dia, não se atente para os significados destes pedaços de memória engessada.

Toda cidade tem uma história e os seus monumentos cumprem a função social e didática de eternizá-la, de torná-la conhecida. Isto nos leva, pois, a pensar que os monumentos, os bens culturais e os patrimônios que estão aí postos, não foram frutos do acaso ou efeitos de uma neutralidade, visto que eles carregam lutas políticas, disputas, contradições que instalam e que dão pertença aos sujeitos e aos sentidos, constituindo-se

como elementos múltiplos das distintas formas de inscrição no espaço urbano, institucionalizando o que é da ordem do público e do privado nas cidades.

Compreender como se constitui a escrita no espaço social na cidade é dar visibilidade ao fato de que por trás dessa escrita, no espaço urbano, há aqueles que escrevem, aqueles que impedem e os que são impedidos de escrever. Daí a necessidade dessa escrita anônima, dessa escrita sem rosto, pois o desejo do sujeito foi demandado, mas a notoriedade da autoria está para sempre perdida, apagada, mesmo que na escrita de sanitários os traços de identificação⁷ se coloquem.

Contudo, esse autor desautorizado se materializa, se diz, se inscreve através de uma escrita que, podendo dizer dos desejos de muitos, diz dos desejos do um, do único, do sujeito que diz de si. Trata-se, pois, de uma escrita pessoal, mas que encontra eco em muitos que ocupam o mesmo espaço físico e de identificação, colocando em funcionamento um batimento que conclama o individual e o coletivo, o público e o privado.

Dessa maneira, na próxima seção, o nosso propósito é o de tentar compreender essa forma de escrita insidiosa nos/dos sanitários públicos, tentando dar visibilidade ao funcionamento de um desejo do sujeito, do mais inocente ao mais mortal, convertido em demanda de modo a instalar-se como um objeto metonímico do desejo.

1.2 (Des)construindo a relação dicotômica público x privado e individual x coletivo

A partir do contexto apresentado, quando se fala em espaço público, de imediato se remete à questão: a quem pertence tal espaço? Essa indagação prevalece no tempo e tem sido abordada como uma forma de incluir esses lugares como “de todos”, fazendo com que o público, vincule-se à ideia do coletivo. No entanto, em uma nova perspectiva, procura-se demonstrar que o sanitário público, ainda que se refira a um espaço denominado público, imbuído do sentido ‘de’ e ‘para’ todos, também remete a um ambiente particular, individual, de uso privado, no qual, naquele momento em que o sujeito ali se encontra, prepondera o sentimento de que aquele espaço é exclusivo dele, e nele o sujeito individual se exprime para ser (re)conhecido na sociedade.

⁷ Não é incomum que, na escrita de sanitários, apareçam nomes, telefones, enfim, dados que permitem uma identificação, mas quem se importa com ela? No sanitário público, no fazer privado, o sujeito se diz, diz do outro, importando, portanto, a demanda de uma subjetividade, mas não a de uma autoria.

Assim, de acordo com Arendt (1999) ao tratar do termo público, entende-se como a representatividade de tudo o que pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Segundo a autora, ser visto e ouvido por outros é importante para o sujeito, uma vez que todos que veem e ouvem o fazem de ângulos diferentes, fazendo com que tal entendimento seja o pilar da concepção sobre o que seja 'comum', advindo da ideia de compartilhar. Todavia, desse entrelaçamento de opiniões diversificadas, de diversos pontos de vistas, díspares e complementares, é que se estabelece o que é de bem comum visando garantir uma determinada 'ordem social'.

Diante dessa perspectiva com a coisa comum, vê-se também atribuído ao termo sentidos que remontam, ao mesmo tempo, à noção de coletivo que, por sua vez, remete-se à ideia de espaço aberto, espaço no qual todos têm direito e acesso para circular. Com isso, tem-se que públicos são os eventos e lugares acessíveis a qualquer um e a todos, assim como falamos de prédios públicos, praças públicas, sanitários públicos. No entanto, desde já se percebe a sua vinculação com o privado, pois, ainda que em todos estes espaços ditos públicos instale-se com o propósito de acessível para todos e de todos, tal noção também se atrela ao caráter individual que por ali circula, fazendo funcionar a noção oposta: de privado, de particular, de individual.

Nesse cenário, quando abordamos a questão dos sanitários públicos, atrela-se, de imediato, a noção de pertencimento coletivo, mas que, ainda que seja de todos, não é de ninguém, em particular, fazendo com que todos carreguem em si a sensação de que a possuem, ou podem acessar seus serviços, a qualquer momento, mas ninguém pode reclamar sua posse privada, embora a gozem individualmente. Com isso, a concepção do pertencimento coletivo entrelaça-se ao da privacidade do acesso e usufruto do espaço compartilhado por todos, simultaneamente, mas vivida na singularidade, na particularidade, fazendo com que o espaço, em seu momento particular, se torne cenário e palco dos mais variados atos e registros. É o público trazendo, constituindo em si, o privado.

Depreende-se, pois, dessa análise que o conceito de público se carrega de polissemias, pois, além de vincular-se ao bem comum, de interesse coletivo, de pertencimento geral, universal, possui imbricado dentro de si o sentido de privado, de atender ao interesse particular, individual. O domínio comum a todos é coisa pública: a praça, o sanitário público, pois são para uso comum, bens publicamente acessíveis, comuns e coletivos, contrapondo-se e, ao mesmo tempo, abrangendo o que é da ordem do privado. Nas palavras de Habermas

(1984, p. 78), “[...] o particular é a liberação do próprio cerne do domínio fundiário e da esfera pública”.

Nesse jogo de imbricação entre o público e o privado, é necessário discutir seus processos de determinação nos modos de constituição dos sujeitos e dos sentidos, produzidos sobre/nos sanitários públicos.

CAPÍTULO II

NA CONTRADIÇÃO PÚBLICO X PRIVADO: MODOS DE INSCRIÇÃO DOS SUJEITOS E DOS SENTIDOS

À nossa discussão impôs-se, a princípio, a necessidade de diferenciação entre esfera pública e esfera privada para, na sequência, esboçarmos a noção de espaço público e espaço privado. Nesse momento, dedicamo-nos com maior ênfase à cidade e à escola, pois entendemos ser necessário compreender o funcionamento discursivo desses espaços para chegarmos aos sanitários públicos, que se instalam nas escolas, que são partes da cidade, ou seja, como partes da parte.

Barbosa (1984), ao discorrer sobre ser o sanitário, enquanto espaço público, afirma-o como um dos locais onde mais se produzem grafitos (escritas) em nossa sociedade. Assim, ainda que construído para ser um espaço no qual as pessoas fazem suas necessidades fisiológicas, o sanitário público e suas partes integrantes (parede, descarga, suporte para papel higiênico, porta, janela, espelho etc.) é palco para a materialização de uma diversidade de discursos.

Sendo assim, podemos dizer que o espaço do sanitário público é contraditório, uma vez que apresenta característica e natureza de ordem pública, todavia, com funções privadas.

A própria definição de sanitários públicos já dá a indicação de que não se trata de um espaço doméstico. Entretanto as atividades desenvolvidas nos sanitários são de extrema intimidade, com a exposição, num ambiente público, de algo que as pessoas são acostumadas a expor na intimidade do ambiente doméstico. Por essa natureza de espaço público com funções privadas, conforme afirma Rez (2002), o sanitário público já se posiciona numa situação conflituosa. (FONTOURA et al., 2009, p. 3).

Reafirmando que o sanitário, ainda que tomado enquanto um local público, é, ao mesmo tempo, espaço para práticas individuais, pois cada sujeito pode valer-se dele para expressar, sem controle ou limitações, a sua identidade, seus desejos, seus medos, seus sonhos e suas transgressões, compartilhando, por meio de escritos que se constituem como inscrições, emoções e (des)afetos, com desconhecidos que por ali circulam. Tais escritos possibilitam que se identifique, ainda, as marcas disciplinares e normativas da cultura social, que funcionam no imaginário criado pela interpelação do sujeito, que encontra, no sanitário público, um espaço com liberdade para expressar o que lhe vai ao íntimo e que, ao mesmo tempo, faz emergir

“[...] as regras internalizadas que levam as pessoas a se submeterem a uma censura interior” (TEIXEIRA; OTTA, 1998, p. 232).

É, então, na análise das formas de escrita nesse espaço contraditório, que se fixa nosso objeto de estudo neste trabalho. Antes, porém, ressaltamos que as pesquisas sobre cidade e discurso, no campo da Análise de Discurso, produziram um deslocamento teórico que possibilitou pensar a cidade de um modo diferente daquele como ela é concebida pelos especialistas do espaço urbano, uma vez que a proposta da teoria do discurso é tomá-la como “[...] espaço de significação/interpretação em sua relação com a linguagem” (ORLANDI, 2011, p. 44). Esse modo de significar a cidade envolve uma mudança nos modos de inscrição do sujeito a ser pensado discursivamente, daí a convergência do nosso olhar para o objeto selecionado.

Nessa perspectiva, podemos pensar a escrita como um modo de manifestação do desejo inconsciente, que, sendo da ordem do recalcado, se materializa e se formula como um objeto metonímico desse desejo, em um espaço que se constituiu na cidade, tanto pelos sentidos de urbanidade quanto pelos sentidos de público e de privado, o sanitário público. Em outras palavras, o dizer no/do sanitário foge à interdição estabelecida pela escrita na escola, visto que a escola legitima uma forma de saber que compreende a língua como transparente e como instrumento destinado à comunicação. Por isso, a escrita no sanitário manifesta desejos que dividem o sujeito por ordens de interpelação e por condições de produção distintas, pois dizem de modos de interdição que, para além da questão da legitimidade, diz do lugar enquanto espaço não legalizado/autorizado à escrita, mas é exatamente nesse espaço que o sujeito dá materialidade à ambivalência constante dos sentidos.

Por sua ordem de constituição, o sanitário público passa a instalar-se como um lugar de inscrição do sujeito a partir de uma escrita de si, uma forma de exortar o que foi trancado na história, induzindo o sujeito a colocar-se aos modos do popularmente chamado “sair do armário”:

[...] como as sociedades ocidentais foram aos poucos se tornando mais conscientes das questões ligadas à homossexualidade, o significado da expressão “sair do armário” se expandiu para descrever revelações de outros tipos de segredos, tendo sido usada, muitas vezes, em companhia de outra expressão: “ter um esqueleto no armário”. [...] estar no armário ou ser trancado no armário se refere a uma gama de comportamentos e mecanismos

psicológicos usados para evitar o reconhecimento ou as discussões tanto sobre a homossexualidade da pessoa em questão como a de terceiros⁸.

Como, na escrita de sanitários, a autoria permanece incógnita, o sujeito, ao se inscrever na parede de um sanitário público, tem a sensação de sair do armário, mantendo-se, contudo, preso dentro dele, pois o seu esqueleto continua lá, como mostraremos nas análises. Em outras palavras, o sujeito diz de si, deixando entrever seu desejo, mas o faz de forma clandestina, anônima, mantendo-o em suspensão.

A relação que propusemos faz dizer, justamente, do funcionamento de se utilizar de um determinado espaço (fechado x aberto) para fazer a “revelação” de si. Mas, conforme preconizam Lagazzi-Rodrigues e Brito (2001), o espaço urbano pode ser entendido como uma configuração administrada a partir de sentidos sociais e políticos, então, o sujeito não escapa às normas sócio-políticas, pois o discurso do urbano, de acordo com Orlandi (2004, 2005a), deriva de um movimento de generalização do urbanista, que busca uma homogeneidade no modo de significar a cidade, silenciando outros sentidos e aprisionando a sua materialidade significativa.

Para a autora, o planejamento domina os sentidos da cidade, uma vez que, com sua presença, “[...] evitam-se os conflitos, silencia-se o que demanda sentido e evitam-se as transformações” (ORLANDI, 2005a, p. 5).

Esses processos supõem um consenso que, como destaca Pfeiffer (2001, p. 32), esvazia de sentidos determinados conceitos, como se fossem categorias fechadas e transparentes: “[...] os conceitos trabalhados nas políticas públicas pressupõem um mesmo sujeito e uma mesma cidade homogeneizados pelos processos de escolarização e de urbanização, enquanto instrumentos de estabilização do Estado”. Trata-se de um funcionamento, considerando os sujeitos de uma mesma sociedade, que se repete nos espaços pertencentes a ela, neste caso, o sanitário dito público.

Orlandi (2011, p. 41) lembra, ainda, que as políticas urbanas estão pautadas por essa lógica do consenso, buscando eliminar os conflitos sociais, numa “produção imaginária” em que o administrativo e o jurídico apagam o político. De acordo com a autora, no espaço

⁸ Essa é uma expressão tradicionalmente associada ao universo gay e significa assumir publicamente a identidade de gênero. Com o tempo, o significado se expandiu e hoje se refere a assumir qualquer tipo de posição, em contraste com aqueles que “estão no armário”. Disponível em: <http://srvd.grupoa.com.br/uploads/imagensExtra/legado/L/LEVOUNIS Petros/Casos Clinicos GLBT/Lib/Cap-01.pdf>. Acesso em 01 de out. 2019.

urbano, o discurso social está disperso e não existe consenso que não seja imaginário, visto que:

No espaço público que é a cidade, não há consenso que não seja imaginário: o discurso social não é homogêneo e dá lugar a diferentes movimentos de discurso que se cruzam no espaço urbano. Na falta de sentido, o sujeito se des-organiza. A dispersão do discurso social, nessa perspectiva, se apresenta como parte integrante – não direta, nem automática – da divisão social. (ORLANDI, 2001, p. 107).

A proposta de um consenso busca organizar a cidade e seus sentidos, mas, do ponto de vista simbólico, como lembra a autora, organização e desorganização estão lado a lado. Isso significa a possibilidade de surgimento, no espaço simbólico, que é a cidade, de falas desorganizadas que consideramos como indícios do estar “fora do discurso” (ORLANDI, 2005a, p. 3), de certo modo, é como ocorre a escrita de/em sanitários, como veremos nas análises. As falas desorganizadas aparecem no momento em que a repetição excede, de modo a que a fala já não comunica, assim, indiciam:

[...] novas necessidades de sentido, elas denunciam um desconforto simbólico de um sujeito que reivindica deslocamentos de sentidos num espaço sociopolítico silenciado. Elas são a irrupção do trabalho do equívoco da língua: lá onde as palavras faltam, onde a repetição excede, onde se fala para não comunicar. O conhecimento desse processo contribui para a compreensão do que é tratado sob o nome genérico de conflito social (ORLANDI, 2001, p. 106).

As falas desorganizadas seriam, então, uma resposta ao esvaziamento produzido pela proposta de administração dos sentidos, na busca de um consenso imaginário. Assim como as políticas públicas urbanas, a gestão pública de educação vai procurar estabelecer essa homogeneização de sentidos na sua rede de escolas e, conseqüentemente, na escola enquanto parte do espaço simbólico que é a cidade, da qual o sanitário público torna-se parte da parte. É desse modo que, ao abordar as relações entre escola e cidade, Orlandi (2004, p. 149) vai definir a escola como “[...] um espaço de estabelecimento e administração de sentidos”, reafirmando seu entendimento de que o discurso do urbano recobre a cidade ao tentar silenciá-la na sua materialidade significativa, e por isso a autora afirma que a escola teria de recuperar esse espaço simbólico, sem se moldar a esse projeto de padronização dos sentidos.

Nessa direção, compreendemos que agregar, também, a discussão da escola para analisar os materiais é fundamental, pois “[...] a escola não tem que se moldar ao “urbano”,

mas ir para o espaço da cidade enquanto real histórico muitas vezes apagado pelo urbanístico. Deve confrontar-se com o real da rua, com seus sujeitos, seus modos de existência, de resistência e de saber, de arte, de cultura” (ORLANDI, 2004, p. 153).

A relação escola, escrita e cidade aponta para um sentido de interdição que se produz como um efeito da concepção da escrita que se produz no espaço da escola, posto que o processo de escolarização impõe um modo de escrita, prescrito pela escola enquanto instituição autorizada a estabelecer o que se escreve, como se escreve e para quem se escreve. Assim, faz circular uma dada política de língua escrita que, funcionando pelos modos de interdição formulados pelo Estado, coloca em exercício um modo próprio de ler/escrever, razão pela qual a escrita livre, obscena, desautorizada, desorganizada, sobreposta se institui em espaços em que a liberdade da escrita se coloca como autorizada e constitutiva, como é o caso dos sanitários públicos.

Nesses espaços, o sujeito não tem regra, que é dada pela gramática enquanto instrumento linguístico, não tem o sentido único que regula a equivocidade própria da língua pelos sentidos cristalizados nos dicionários, não tem a transparência que produz a evidência e a noção de unidade, não tem a censura que interdita palavras que carregam “sentidos pejorativos”, enfim, trata-se de uma escrita que tem muito mais a função de transgressão dos aspectos que a escola interdita do/para o sujeito que o inconsciente deixa escapar como o que é da ordem do desejo.

Confrontar-se com o “real da rua” envolveria trazer os conflitos para dentro da escola também, promovendo, no discurso, a discussão sobre a desigualdade social, a pobreza e os fatores de diversas naturezas que podem levar à violência urbana, por exemplo. Mas a campanha preparada pela secretaria para as escolas conforma um ideal de homogeneização dos sentidos, apagando o conflito no discurso e estabelecendo inclusive uma diretriz que afirma que todas as escolas devem colocar em suas entradas uma faixa com os dizeres “Aqui é um lugar de paz” – como veremos adiante, nas análises.

As primeiras cidades tinham como marca a imponência dos locais de encontro, como foi o caso da ágora grega, como símbolo do poder, ou o local de tomadas de decisões públicas como o fórum romano. De acordo com Saldanha (1993), esses locais eram centrais e vitais, historicamente reconhecidos como o ponto de encontro dos cidadãos e símbolo da participação do povo nas questões políticas, além de suas funções comerciais.

Lemos (*apud* DUPAS, 2003) e Jovchelovitch (2000) apontam que, para os gregos, uma vida vivenciada na privacidade, ou seja, sem a participação na esfera pública, significava

a privação das faculdades humanas mais valiosas, significava ser privado da realidade que deriva de ser visto e ser escutado por outro, ser privado de uma relação que se define por estar ligado e, ao mesmo tempo, separado de outros, assim como só poderia ser bom político quem, na esfera privada, fosse ético, moral e digno. Estas eram as prerrogativas da cidade política.

Mesmo que o funcionamento discursivo da cidade e das escolas pareça extrapolar a temática aqui trabalhada, a dos sanitários públicos, as particularidades desses elementos constitutivos da cidade angariaram fundamental importância para a compreensão das relações que estabelecem com o espaço público enquanto “espaço concreto”, da praça, da rua, do sanitário público, por exemplo, na atual conjuntura do processo de estruturação da cidade. Particularmente, o espaço do sanitário público, no qual se encontra um modo de inscrição privada, que já anunciamos como contradição.

Ao constatar o recente e crescente interesse pelos estudos do espaço público, convivemos, também, com uma constante generalização na adoção dessa expressão, ou seja, nem todas as análises estão pautadas efetivamente no espaço público, visto que consideram tanto a esfera pública, quanto a vida pública, tratando-as como espaço público. Frente a essa problemática, intentamos trazer algumas das principais concepções, perspectivas e abordagens do ponto de vista histórico, político e social em torno da dialética relação entre o público e o privado, destacando certas distinções teórico-conceituais que possam subsidiar a compreensão dessa complexa relação, do mesmo modo que nos ajuda na qualificação e atribuição de um estatuto a determinados lugares da cidade, instituídos, ao longo do tempo, como espaços públicos.

Em relação a tal diferenciação, ainda na cidade-estado grega, Jovchelovitch (2000, p. 48-49) esclarece-nos que:

[...] a vida política e a vida domiciliar sempre existiram como entidades independentes - embora relacionadas - coincide com o contraste entre uma esfera pública e outra privada. O que caracterizava a esfera domiciliar, ou esfera privada era que nela as pessoas viviam juntas de acordo com suas necessidades e o impulso que as guiava era a vida ela mesma; nessa esfera se encontram os ciclos do nascimento e morte, e, nas suas sombras, tudo o que se relacionasse com as necessidades biológicas da vida era mantido em segredo e longe dos olhos dos demais. A esfera da polis, ou do domínio público, por outro lado, era o reino da liberdade e a relação entre a esfera da vida pública e da vida privada se assentava sobre o fato de que o controle das necessidades da vida dentro do lar era condição prévia para a liberdade da polis. Simplesmente libertar-se do domínio da necessidade, contudo, não pode ser confundido com a liberdade, porque a liberdade envolve seu próprio espaço – o espaço público da palavra e da ação.

Observamos, também, que, para os gregos, segundo Habermas (1984), existia uma sobrevalorização da vida no âmbito público e esses valores se materializavam na *polis*, em oposição à vida do *oikos*, ou seja, dentro do lar. Nesse caso, a esfera pública consistia no local da liberdade e da continuidade, sendo que a esfera privada era o locus da necessidade e da transitoriedade. Apresenta-se aqui uma relação de complementaridade entre as esferas pública e privada, na medida em que a superação das necessidades da vida do lar proporcionava as condições necessárias para a atuação na vida pública.

Esse pressuposto corrobora a perspectiva política de Arendt (1983), para a qual o lugar público consiste no espaço da identidade e do reconhecimento por meio de referenciais comuns, que proporcionam a identificação, o diálogo e, principalmente, a ação da coletividade. Na visão de Freitas (*apud* DUPAS, 2003), na teoria política clássica, desde os gregos, o espaço público era o espaço da liberdade dos cidadãos, onde estes exerciam sua capacidade de participação crítica na gestão de assuntos comuns sob o princípio da deliberação, portanto, um espaço regulado que se opunha ao privado, regido pela dominação do poder.

Assim, a conotação de público ou de vida pública, aqui empregada está estritamente ligada à participação exclusiva dos “cidadãos” da época. Habermas (1984) ressalta, no entanto, que essa atuação direta na vida pública era algo exclusivamente dos “homens livres”, não incluindo, nesse patamar, as mulheres e os escravos, por exemplo.

Ao dizer da praça, Resende (2005, p. 130) afirma que ela:

[...] era o local onde se discutiam questões de interesse desses cidadãos (os *eleutheroi*), questões reduzidas a um espaço determinado pela relação de dominação que eles mantinham na sociedade em que estavam inseridos. O espaço público era então reduzido aos partícipes dessa “comunidade”, atores de uma comunicação ainda distante de ser social, de uma comunicação cujo objetivo se restringia ao conceito de “tornar comum”, comum limitado à esfera do *koinos*, mundo dos gregos no espaço da *polis*.

Seguindo no que nos propusemos no início dessa discussão, a ideia de “espaço público” nos aglomerados urbanos, foi durante os idos da Idade Média que surgiram as primeiras tensões na complexa relação entre o público e o privado. Sobarzo (2004, p. 196) enfatiza que não é possível distinguir a esfera pública da privada usando apenas os critérios institucionais daquele período, pois os atributos da soberania do senhor feudal passam a ser chamados de público quando a representatividade pública começa a ser relacionada aos atributos das pessoas e dos seus códigos de comportamentos, especialmente os da nobreza.

Dessa maneira, foi nas cidades da Idade Média que, segundo Resende (2005), surgiram as “comunidades”, enquanto conjuntos de espaços apropriados ao/pelo povo, separadamente dos locais privados.

Então, podemos dizer que é com o direito romano que nasce a institucionalização e a delimitação entre o que é da ordem do público e do privado, pois, para os romanos, o que era entendido como comum estava associado aos “locais públicos”, como a rua, as praças, ou seja, espaços de ordem pública, que não eram de domínio de apropriação privada.

De acordo com Arendt (1983), a figura do senhor feudal, que encarnava o poder nesse período, representou a transferência para a esfera privada das atividades humanas e, conseqüentemente, o surgimento da noção de “bem comum” como uma instância administrada por uma pessoa, enquanto todos os demais cuidavam dos seus assuntos, na privacidade. Assim, produziu-se um esvaziamento da dimensão política na esfera pública. Essa definição mostra claramente a dificuldade de diferenciar, de forma precisa, uma noção do que seja o espaço público, embora fosse possível identificar uma primeira privatização da esfera pública (SOBARZO, 2004).

No intuito de complementar e qualificar essas noções gerais sobre a relação entre público e privado, fazemos uso das considerações de Arendt (1983), que identifica momentos chave para a compreensão da relação dialética entre os referidos conceitos. A princípio, a autora enfatiza que, na Antiguidade, existia uma “esfera pública”, embora, os “cidadãos” que participavam dessa esfera fossem aqueles que tinham propriedade privada, como já identificamos no início dessa discussão. Esses modos de instalação marcam processos sociais contraditórios, institucionalizados pelas relações de força.

Com o advento da Modernidade, ainda segundo a autora, surge a “esfera social”, que relegou para a intimidade a capacidade de ação dos homens, por meio da normatização das pessoas e dos seus comportamentos. Um fator importante e que merece ser destacado em relação aos espaços públicos diz respeito às suas funções comerciais, que foram se espalhando nesses espaços. Com o intuito de caracterizar a cidade, inicialmente, pela perspectiva política, que tem no espaço público um ponto de referência para suas ações, esclarecemos que é nesse mesmo espaço público que, *a posteriori*, vão se concentrar as principais atividades comerciais da cidade, o que, segundo Lefebvre (2001), coloca-se como uma nova característica da cidade mercantil.

O processo da cidade mercantil marcou-se por meio das praças de mercado, mantidas pelas feiras locais, regionais e até internacionais, colocando-se, desde aqui, como uma relação

contraditória, que marcou o encontro do público (a praça) e do privado (o mercado). Segundo Monte-Mór (2006), esse processo tem uma significativa ligação com as relações de troca estabelecidas, contribuindo para a descentralização do poder político concentrado nos palácios para as praças de mercado, culminado com a entrada da burguesia na cidade e sua respectiva conquista.

Entretanto, é o anúncio da emergência da urbanização, que vai se constituir, *a posteriori*, na cidade moderna. Assim, quando nos referimos à esfera pública, nos aglomerados urbanos modernos, não podemos deixar de tomar como base as ideias de Habermas (1984) e Sennet (1998), os quais caracterizam o surgimento e evolução nesse período dessa esfera social, que denominam de “esfera pública burguesa”, enquanto uma esfera que se refere ao público de forma geral, no entanto, formada por um grupo de pessoas, que, atentemos, se reúnem em público para discutir questões de interesses privados.

No entanto, é entre a noção de “esfera pública” e “esfera privada”, na relação entre esse par dialético que surge a ideia do “social”, emergindo também a ideia de “cidadão” (DUPAS, 2003) e suas demandas, bem como as preocupações com a vida pública, os interesses comuns e a formação de consensos.

Nessa perspectiva, Sobarzo (2004), fundamentando-se em Habermas, enfatiza que, em um primeiro momento, a “esfera pública burguesa” correspondia a uma esfera pública literária, representada pela reunião de pessoas em cafés e salões para a crítica literária e política. Passando para outro momento, a esfera pública literária dá lugar à esfera pública política, que inclui o surgimento de instituições (por exemplo, clubes partidários), a circulação diária de órgãos de imprensa política e o princípio de publicidade dos atos do governo, sob os auspícios do Estado.

É com a construção de instituições e com a necessidade de bom acolhimento, imposta pela ordem política da civilidade e do mercado, que os sanitários públicos se instalaram, como veremos a seguir.

2.1. Breve histórico sobre o surgimento do espaço conhecido como banheiro/sanitário público

Segundo Saldanha (1993), existem registros de que, no Egito, por volta de 3000 a.C. os indivíduos já praticavam o banho para limpar o corpo e purificar a alma. Na Grécia Antiga e, posteriormente, no Império Romano, os banhos públicos se tornaram eventos que

propiciavam relaxamento, prazer e motivo para confraternização. Assim, os primeiros banheiros públicos conhecidos foram na Roma antiga.

A ida às termas Romanas estava ligada também ao culto da Deusa Minerva, assim, o costume não se restringia a nenhum grupo social, etário ou de gênero sexual, pois todos se banhavam no mesmo espaço. Os homens faziam suas necessidades conversando com outros homens, tranquilamente. Aos pés de cada sanitário, havia um canal por onde corria a água que servia para umedecer a esponja e se limpar depois do “social”.

O caráter democrático no uso das termas e no uso dos sanitários públicos, em Roma, instalaram, já naquele momento, uma contradição, que se instituiu como constitutiva do público e do privado, pois, enquanto espaço que associava uma necessidade fisiológica, de banho ou de liberação de excrementos com a atividade de adoração de uma deusa, tais espaços tinham também um caráter privado, pois se cobrava pelo seu uso.

Assim, na atividade tida como de caráter ‘público’, já se praticava o caráter de propriedade privada, pois as latrinas eram um grande negócio, que movimentava o comércio da época, visto que tanto se ganhava com a utilização do espaço quanto com a venda dos detritos. Tamanha era a magnitude do negócio que registros históricos apontam que no século 3º d.C., os romanos contavam com cerca de 144 instalações sanitárias públicas (SALDANHA, 1993).

Esse caráter mercadológico dado aos sanitários públicos instalou uma contradição constitutiva para o que é da ordem do público e do privado, pois, ao termo público associaram-se sentidos de bem comum, de compartilhamento e de gratuidade, enquanto ao que é da ordem do privado instalaram-se sentidos de particular, de propriedade, de lugar onde se paga. O que é público é dado, então, à coletividade e o que é privado à individualidade.

Com o advento da Idade Média, e, por conseguinte, do cristianismo, a concepção de banho coletivo entrou em declínio, passando a ser considerada uma prática de luxúria, e, por isso, pecaminosa (JOVCHELOVITCH, 2000).

Saldanha (1993), ainda aponta que no século 17 expandiu-se a utilização das cadeiras de retrete, móvel que continha um ‘penico’ para recolher os detritos. Para o autor, a incidência histórica mais significativa desse período se deu no Palácio de Versalhes, no reinado de Luís XIV, onde havia aproximadamente trezentas dessas cadeiras. Em complemento, temos a afirmação de Jovchelovitch (2000) de que, no século XVIII, pelo crescente do número de doenças, retorna-se à concepção de que a falta de banho é uma de suas causas, fazendo com que, no século seguinte, invista-se em redes de água e de esgoto nas cidades. Assim, de

acordo com Vicent (2009, p. 283), “[...] O banheiro aparece entre a burguesia por volta de 1880: é o local mais secreto da casa, onde a pessoa liberta de seus corretivos (cinta, espartilho, peruca, dentadura etc.), finalmente pode se ver, não em sua aparência social, mas totalmente despida”. A ideia de liberdade, assegurada nessas condições de produção, toma a nudez como vergonhosa, pois ir para o banho ainda carregava sentidos de pecados e de indecência, devendo ser praticado isoladamente.

O banheiro configura-se, assim, um espaço onde o corpo pode ser perscrutado, um local onde se pode dar refúgio aos pensamentos, por vezes, o palco de reflexões e ideias, onde o espelho, por exemplo, assume um papel comum e importante, seja por causa do tamanho dos espaços para se criar a ilusão de profundidade e maior dimensão material ou pela necessidade da sociedade contemporânea de se admirar.

Apenas no final do século XVIII, os arquitetos começam a incorporar o banheiro na casa, e apenas no século XX os artefatos sanitários⁹ começam a se desenvolver como peças de design. No Brasil, o banheiro, enquanto espaço da casa, só ganhou esse status no século XX e, desde então, sua modernização e disseminação em ambientes privados e públicos vem aumentando, em busca de melhores condições de higiene para o sujeito e para a cidade.

Conforme aponta Siqueira (2014), o banheiro, originalmente, está relacionado ao ato de liberação de excrementos, isto é, um lugar para limpar o corpo. Trata-se, assim, de um espaço em que circulam sentidos que apartam, socialmente, a sujeira da limpeza, o pútrido do perfumado/asseado, e em que os sentidos se materializam não só no design e nas atitudes desenvolvidas no interior desse lugar, mas nas formas de escrita pelos processos de identificação que são produzidos nesses gestos de se dizer e dizer do outro.

Por essa perspectiva, os sanitários públicos, por suas condições históricas de instalação, dão materialidade a uma forma de funcionamento que é da ordem de uma excreção, de uma liberação de algo que é prejudicial ao corpo, assim, funcionam como um espaço destinado à descarga de dejetos, de excrementos, do que deve ser descartado.

Da mesma maneira, a escrita que por ali circula é da ordem de um desejo interdito ao próprio sujeito, de forma que a escrita, nesses espaços, funciona como uma forma de despejo de um dizer interdito quer seja o da escola, que limita ao sujeito qualquer outra forma de escrita que não aquela que ela própria autoriza, pelos ditames do Estado, quer seja

⁹ Alexander Cummings tornou-se famoso por ter sido o precursor no design de descargas sanitárias, para as quais os sifões surgiram com a função de diminuir os maus odores ocasionados pelo acúmulo dos detritos.

pelo desejo do próprio sujeito, que, não podendo ser totalmente dito e representável, se diz através de uma escrita que segreda ao próprio sujeito e aos outros os desejos como demandas aos objetos substitutivos, como é o caso das escritas em sanitários públicos, que se constituem como objetos metonímicos de vazão desses desejos.

2.2. De espaço privado a espaço público: modos de inscrição do sujeito

Há, na construção da cidade, um espaço em que o sujeito, tomado pelas relações sociais com os espaços públicos e privados, nos mostra que existe uma relação complexa entre aquele que se inscreve através da escrita, ou seja, aquilo que diz o/do sujeito, que, ao escrever/inscrever-se, presentifica a censura psíquica que o funda. Assim, tomar o sujeito como autoria é dizer que se trata de uma noção marcada por um traço que lhe é subjacente: a singularidade enquanto um efeito da relação, sempre única e ímpar, do sujeito com a escrita ou com a oralidade, sendo posta em funcionamento pelo percurso histórico dos sentidos possíveis que constituem o sujeito, ou pela falta/falha, que marca o inesperado, o surpreendente da formulação, aquilo que escapa ou que se mostra como diferente, singular. Trata-se de uma relação intrincada, movimentada pela alteridade constitutiva do sujeito e por uma demanda que o impele a escrever/inscrever-se, como uma forma de suplantar uma falta sempre. Essa construção, como vimos anunciando, converge para o objeto dessa pesquisa.

Nessa medida, é importante ressaltar o modo como a Análise do Discurso considera a escrita: como uma forma de relação social, por onde o sujeito manifesta desejos do seu inconsciente, portanto, desconhecidos dele próprio. Assim, a escrita, antes de se constituir como uma forma de relação social, marca uma relação do sujeito com a censura psíquica que o funda, via processo de simbolização, do mesmo modo que marca uma relação do sujeito com redes de memória, uma vez que, para escrever algo, é necessário que o sentido já habite o sujeito, dessa maneira, ao torná-la escrita, a falha já se instala de forma incisiva e inalienável.

Parece-nos, portanto, impossível pensar a noção de autoria sem pensar uma noção de escrita, principalmente porque, em perspectiva discursiva, a escrita não é mero instrumento de representação da oralidade. Tanto é assim que há diferentes formas de escrita e elas não estão em relação de transparência umas com as outras, há espessura semântica, há a necessidade de os sentidos significarem por vias distintas. Nesse entendimento, no efeito-sujeito, há de se pensar que o sujeito é um efeito da relação entre língua, história e aquele que enuncia, constituindo-o como unidade e fonte daquilo que diz.

A Análise de Discurso leva em conta a não transparência da linguagem e a coloca em relação à língua e à história, assim, busca-se compreender os sentidos como gestos de interpretação, efeitos da relação do sujeito com a língua (ORLANDI, 1996). Em outros termos, analisa os processos discursivos em funcionamento, considerando a historicidade, ou seja, a forma pela qual “[...] a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2005a, p. 16), logo, trabalha também a relação da língua com o discurso e a ideologia.

A cidade, como espaço simbólico, espaço de sujeitos e significantes, está na formação social brasileira como um espaço marcado por desigualdades e exclusões social e política, assim, constitui-se como um espaço dividido. Nessa perspectiva, concebemos a cidade como “[...] espaço material (histórico, social, significativo) e não abstrato ou empírico” (ORLANDI, 2011, p. 695); tratando-se de um espaço em que o simbólico e o político se articulam, produzindo memória. Os discursos que aí se textualizam são engendrados por relações de poder, cabendo ao analista de discurso “[...] desautomatizar a forma de ler a cidade para poder compreendê-la em seus modos de significação específicos” (ORLANDI, 2003a, p. 14). Do mesmo modo que o sanitário público, que se constitui nas cidades e que para ser lido, necessita ser compreendido discursivamente na cidade que o recebe.

De acordo com Orlandi (2004, p. 64), a marca “[...] constitutiva do processo de significação da cidade” é a quantidade, que estrutura esse espaço e o significa como tal. Por quantidade compreende-se “[...] uma concentração apreciável de seres, objetos e acontecimentos em um mesmo espaço, com convergências e divergências entre suas unidades (seres, objetos, acontecimentos)” (ORLANDI, 2003b, p. 23).

Segundo a autora, devido à sobreposição do urbano sobre a cidade, a quantidade passa a ser tratada de modo meramente administrativo, numa instância imaginária, silenciando as contradições e verticalizando as relações sociais, segregando e delimitando espaços.

Nos dizeres de Orlandi (2005, p. 7), a cidade e o social, quando simbolizados pelo discurso urbano, perdem “[...] sua realidade concreta, apagando os equívocos, silenciando as contradições e/ou restringindo os espaços simbólicos”, uma vez que, inscrito no imaginário, esse discurso, administrado e policiado, silencia o real da cidade, apaga o social e institui um sistema de exclusão.

Compreendemos, a partir de Orlandi (2004, p. 30), que as pichações, por exemplo, são narratividades urbanas, isto é, por se constituírem como algo fundamentalmente urbano, elas narram, nos muros e monumentos, por meio de uma escrita, às vezes indecifráveis ou

não, o modo como a sociedade se simboliza e (se) simboliza (para) o sujeito. São narratividades porque materializam dizeres linguísticos historicamente considerados “excluídos” do sistema, dizeres que rompem o “silêncio” por meio desse gesto significado politicamente como ilegal.

Parece-nos produtivo, então, trazer à discussão os espaços autorizados/desautorizados de escrita como modos de individuação dos sujeitos.

2.3 Entre a escrita autorizada e a pichação: duas formas de interdição do sujeito

A divisão existente entre a escrita autorizada e a pichação é o que determina a diferença entre um modo de dizer permitido e um não autorizado.

A escola é, por excelência, o espaço da escrita autorizada, uma escrita canônica, gramatical, linear, transparente, cuja tutela do sentido produz, no escrevente, o efeito de ilusão, de origem e de completude do dizer, traduzidos nos dois esquecimentos descritos por Pêcheux (1988): o esquecimento um, que é ideológico, visto que o sujeito é inconscientemente interpelado por uma dada ideologia, que o leva a dizer de um determinado modo e não de outro, embora ele se constitua na ilusão de ser a origem do dizer, quando, na verdade, retoma sentidos pré-existentes; e o esquecimento dois, que é da ordem da formulação e que dá ao sujeito a ilusão de que seu dizer só tem o sentido, o que ele quis conferiu à formulação, esquecendo-se que o sentido pode ser sempre outro.

Desse modo, a língua escrita, nas palavras de Di Renzo (2002, p. 107), “[...] se significa na relação com o social, isto é, a escrita tem função social, mas um social que tem materialidade linguística – uma relação simbólica – que vê na cidade um lugar de interpretação”.

Trata-se de um modo de escrita que, ancorado nos instrumentos linguísticos, os dicionários e as gramáticas, comporta uma dada noção de língua e, conseqüentemente, de leitura e de escrita, constituindo o sujeito individuado pelo estado, através da escola enquanto um Aparelho Ideológico do Estado (AIE), conforme preconiza Althusser (1985). Então, a forma sujeito capitalista, aquela que os modos de produção atuais comportam, instala o sujeito como constituído pela ilusão de liberdade, pela ilusão de ser livre para se submeter, um sujeito dotado de direitos e de deveres, cujo escopo alcança todos os âmbitos da sua vida, inclusive, o da escrita, que é determinada pelas políticas públicas emanadas pelo Estado, que o autoriza, por meio da escola, a escrever de um modo e não de outro.

A eficácia da escola enquanto um aparelho de manutenção da ideologia do Estado é a de impor ao sujeito uma dada concepção de língua, de leitura e de escrita que extrapola a própria escola, visto que o funcionamento posto pelas políticas públicas é o de conferir “pertencimento” ao sujeito pela ordem do “bem dizer”.

Em oposição à escola e sua forma de coerção do sujeito, os sanitários públicos funcionam, além de modos de favorecer a sanitização do espaço urbano, como espaço destinado também a uma forma de escrita desautorizada, visto que permite ao sujeito ali (se) dizer, tanto naquilo que a escola e as políticas públicas lhe interdita quanto naquilo que se instala como um lugar da transgressão, fazendo escapar um dizer indizível ao social e ao próprio sujeito.

Por esse funcionamento de destinar-se a ser espaço de descarga dos dejetos humanos, os sanitários possibilitam que, em suas portas e paredes, se inscrevam desejos do sujeito, dos mais sublimes aos mais nefastos, possibilitando a liberação, num mesmo ambiente, tanto das necessidades do seu corpo quanto das do seu inconsciente, materializados em uma forma de escrita conhecida como pichação. Em outras palavras, a pichação de sanitários faz-se como vazão à interdição imposta pela escola e àquela imposta pelo próprio sujeito do inconsciente, que picha desejos dos quais ele próprio desconhece.

Assim, a pichação, que ocorre em ambientes específicos, que tem um caráter clandestino, obscuro, anônimo, abarca esses sentidos em razão de determinações, também emanadas pelo Estado, que já a criminalizaram, tornando essa prática de escrita abominada e reprimida. Desse modo, em um tempo recente, 12 de fevereiro de 1998, por meio da Lei n.º 9.605, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, criminalizou o gesto de pichar, assim, previu, no artigo 65 da referida lei, pena de detenção e multa para aquele que praticasse tal gesto, sob a alegação de que a prática da pichação era tomada como uma conduta lesiva ao meio ambiente.

Em 25 de maio de 2011, a Presidente da República, Dilma Rousseff, através da Lei n.º 12.408, alterou o gesto de Fernando Henrique, descriminalizando o grafite, contudo, nada foi alterado com relação à pichação. Assim, tanto no discurso jurídico, que denomina o gesto de pichar como “conspurcar”, quanto no discurso urbanístico, a pichação é considerada sujeira, depredação e vandalismo, inferindo sobre ela a aplicação de pena, detenção e multa.

Desse modo, a lei, enquanto reguladora das formas de convívio, nomeia o gesto de pichar e a censura, instituindo, pelos princípios de ordem e organização do discurso urbano, a interdição para essa forma de escritura. Assim, a pichação instala-se como um discurso

constituído pelos gestos de luta e de resistência, visto que a posição sujeito-pichador se constitui pela luta pelo pertencimento em uma sociedade de exclusões e de segregações. Dessa maneira, o gesto de pichar instala-se como um gesto de resistência, de transgressão, marcando, nos muros, nos monumentos público-privados e nos sanitários públicos, modos de posicionamento contra a organização do urbano, contra a dominação e contra a exclusão.

Segundo Pêcheux (1990, p. 17), compreendemos a resistência como sendo o “[...] despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido no interior do não-sentido”. Logo, a resistência de que falamos é a resistência que se inscreve no discurso, essa que rompe com os sentidos esperados, ou os faz deslizar, deslocar, instituindo outros processos de significação, por meio do equívoco, do lapso, da ruptura, da falha, da falta ou do excesso.

Sendo assim, o sujeito-pichador, inscrito em uma determinada posição-sujeito, “[...] resiste ao não-sentido e busca a simbolização” (ORLANDI, 2005b, p. 14), pois, por sua forma de inscrição simbólica, esse sujeito resiste quando altera os sentidos instituídos, esperados, ressignificando os processos interpretativos. É nesse espaço de relações, então, que as escritas de sanitários, selecionadas para análise, materializam diferentes processos de significação.

O nosso propósito com essas análises é o de buscar expor o olhar leitor a essa opacidade, de tal modo a “escutar” o não-dito no dito (ORLANDI, 2003a). Logo, objetivamos analisar os escritos de sanitários como gesto simbólico, compreendendo os possíveis efeitos de sentidos por eles produzidos, considerando sua constituição, formulação e circulação (ORLANDI, 2005a). Abordamos, assim, tais inscrições como gesto simbólico interventivo, característico no/do espaço público, por isso mesmo voltamos nosso olhar para a cidade, em seu aspecto simbólico-político, de modo a compreendê-la por meio do discurso.

Sendo assim, por meio da análise do funcionamento do discurso da/na cidade, no que concerne especificamente às pichações de sanitários públicos, procuramos responder à questão: O que os escritos de sanitários públicos nos dão a ler, tanto em relação aos sentidos quanto aos sujeitos?

2.4 A escrita especular dos/nos sanitários públicos

O termo “especular”, no título da seção, faz remissão ao que Lacan (1998) designou como o “estádio do espelho”, o momento em que o sujeito vê sua própria imagem refletiva e se põe a imaginar sobre ela. A projeção para o autor não se faz, contudo, sobre o espelho

enquanto um objeto físico, pois a projeção do sujeito se dá sobre o (O)outro. Então, aquilo que se projeta diz do próprio sujeito do inconsciente, que, por desconhecer-se, projeta no outro aquilo que diz de si.

Esse funcionamento interfere e determina o modo como o sujeito avalia o seu igual, projetando-lhe ódio, amores, desejo de morte, de fracasso, de bem querer etc., quando esse desejo se volta para aquilo de si que ele próprio desconhece.

Esse efeito que a imagem especular produz projeta um dado funcionamento que se coloca nos escritos de sanitários, enquanto um material discursivo dos/nos espaços públicos, que se estrutura, segundo a perspectiva teórica aqui mobilizada, como *acontecimento discursivo*, materializando os modos de existência dos sujeitos e das relações sociais que aí se praticam. O *acontecimento discursivo* diz da quebra e/ou regularidade histórica em que se considera, de um lado, a existência daquilo que determina a materialidade de um enunciado e de outro, sua particularidade, que questiona como o enunciado se formou historicamente a partir das realidades econômicas, sociais, culturais, políticas etc. (FOUCAULT, 1999).

Para Pêcheux (2012), o acontecimento discursivo se faz entre a relação que se estabelece entre uma atualidade e uma memória, um modo de já-dito. Tomar, em nossa pesquisa, as escritas de sanitários públicos, enquanto uma escrita de si, marcada por interdições, implica colocar em relação uma atualidade (a necessidade da escrita) como estando atrelada a uma memória (que faz funcionar uma dada história). Assim, se vincula, a um só tempo, a escrita com a memória de (se) dizer o sujeito usuário desses espaços. Dito de outra maneira, o encontro da atualidade e da memória instaura a circulação de discursos outros, advindos das formações ideológicas que constituem o sujeito do inconsciente e que faz circular formulações discursivas outras, produzidas alhures.

Essa noção é dada pelo dispositivo teórico da Análise do Discurso, que se apresenta como uma teoria crítica da linguagem, constituindo-se como uma área do conhecimento, que, por se localizar no entremeio das ciências sociais e humanas, centra suas investigações nas relações entre a linguagem e a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito.

A especificidade da Análise do Discurso está, segundo Orlandi (2001), em que o objeto acerca do qual ela produz seus resultados não é um objeto só linguístico, mas um objeto sócio-histórico no qual o linguístico intervém como pressuposto. Nessa medida, a AD, ao articular o linguístico ao histórico, coloca a linguagem na relação com os modos de produção social: não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Há, entre os

diferentes modos de produção social, um modo específico que é o simbólico. Assim, há, pois, práticas simbólicas significando o social. De acordo com Orlandi (2001), a materialidade do simbólico, assim concebido é o discurso, que é definido por Pêcheux em sua materialidade simbólica, como “[...] efeito de sentido entre locutores”, colocando em funcionamento as marcas da articulação da língua com a história para significar. Desse modo, dizer que o discurso é efeito de sentido entre locutores, é pensar o efeito produzido pela inserção da língua na história, regida pelo mecanismo ideológico.

Com efeito, pensar a língua enquanto discurso, é pensá-la como lugar de interação, de posições discursivas diferentes entre sujeitos, situados em contextos diferentes e os reflexos disso na discursividade, pois, é na materialidade linguística que a exterioridade se inscreve e, por isso, o signo se situa num espaço de interlocução, no qual palavras, expressões ou estruturas sintáticas não são garantia suficiente de sentido para o texto, pois as condições sócio históricas de produção de um discurso também são constitutivas de suas significações, razão pela qual a AD tem a exterioridade como necessária no processo de análise discursiva.

Esse desvio provocado pela AD acerca da noção de língua possibilitou o deslocamento também da noção de texto, tomado como unidade de análise significativa em relação à situação discursiva (ORLANDI, 2001). Com efeito, o objetivo da análise de um texto é “[...] compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele um objeto linguístico-histórico, ou mais ainda, apreender sua historicidade” (ORLANDI, 2001, p. 88).

Atualmente, os locais públicos da maioria das cidades brasileiras, como muros, fachadas de edificações, postes, paredes, asfalto de ruas ou monumentos, são constantemente marcados com letras e desenhos, inscritos em tinta spray aerossol. Essas inscrições são denominadas pichações e invadem locais de visibilidade do transeunte urbano. Segundo Orlandi (2004), há nelas uma profusão de textos com distintas superfícies que exploram novas formas de significar, e, nessa medida, as pichações passam a ser vistas e sentidas, mais especificamente, em sua dimensão textual.

Orlandi (2012) reforça, na direção do que já dissemos anteriormente, que as pichações são parte do urbano, ao tematizar que seu cenário é a cidade. Para ela, seu modo de existência é o muro, a parede urbana. Sua forma denuncia os modos de existência dos sujeitos e das relações sociais que aí se inscrevem, pois o modo como o Estado individua os sujeitos resulta em seus processos de identificação, ou seja, no caso dos pichadores de sanitários públicos a falta de acesso às instituições, ao ensino, à formação, à construção da cidadania e

até mesmo aos espaços públicos como lugares simbólicos de manifestação, coloca-os como apartados da ordem do urbano, assim, “elegem” o público como forma de se manifestar, de resistir, ou seja, como mais uma forma de funcionamento do dizer de si, materializado pela ordem do simbólico.

Não se pode então, segundo a autora, pensar a linguagem separada do seu meio material, das suas condições de produção, da conjuntura em que aparece (os sanitários públicos, no nosso caso). Isso porque a cidade deve ser concebida como um espaço social dividido, um espaço em que o público está rarefeito, a sociabilidade constrangida e, nessa medida, ela também estará presente nas manifestações da linguagem que este espaço suporta. Na inscrição dos muros e dos sanitários públicos, os sujeitos se inscrevem simbolicamente, ligando-os à sociedade que fazem parte, reivindicando, pois, segundo Orlandi (2012), um lugar, ainda que este seja de fora para dentro.

De outro lado, a sociedade os hostiliza, colocando-os no lugar da ilegitimidade – pela distinção entre o público e o privado –, ao afirmar que o muro ou o sanitário público é espaço privado, espaço de propriedade em local público. No entanto, é o gesto da pichação, conforme nos ensina Orlandi (2012, p. 210), “[...] que [...] representa [o sujeito] em sua vontade social: o do que sai do silêncio, o que estabelece uma relação pelo símbolo, com seus outros, igualmente segregados”, apresentando-se, assim, para toda a sociedade.

O sinal gráfico, conforme nos lembra a autora, coloca-o em contato, antes de tudo, consigo mesmo e com os seus (com suas alianças). No modo como foi individualizado para ser da massa, informe do povo, ele irrompe individualizando-se pelo sinal que ele escreve e que o inscreve no espaço público. “O muro é lugar de duas faces: se é privado para dentro, é público para fora. Entre a casa e a rua. A rua é pública” (ORLANDI, 2012, p. 2010). Do mesmo modo, o sanitário público é um espaço comum e, ao mesmo tempo, é um espaço privado, tanto para as necessidades fisiológicas quanto para a escrita de si e dos desejos mais indizíveis do sujeito.

É interessante observar que o modo de edificação dos sujeitos traz sempre presente a constituição dos sentidos de público e privado, pois há paredes que marcam essa ordem de pertencimento: nos muros há um dentro e um fora, do mesmo modo que, nas casas, as paredes marcam espaços distintos e ordens distintas de pertencimento no que é da ordem do público e do privado.

O muro, enquanto uma parede que separa o que é da ordem do público e do privado é, para dentro do espaço cercado, uma demarcação da propriedade, assim, é sua parte externa

que é pichada, enquanto que, nos sanitários públicos, a pichação se dá na parte de dentro, na parede de cada cabine.

Desse modo, a pichação é, ainda para a autora, a manifestação de um processo identitário que individualiza essa forma sujeito urbana, que busca estabelecer um laço social por meio das suas marcas, materializando “[...] um modo de relação com o espaço urbano, na relação entre a rua, entre o público e o privado, re-significando-o. Diferentes superfícies, diferentes materialidades, diferentes modos de formulação e circulação indicam novas, ou melhor, diferentes formas de textualidade” (ORLANDI, 2004, p. 120).

Todas essas relações se dão ao nível do simbólico através, mais especificamente, da sua dimensão textual. O muro, tal como o sanitário público, enquanto uma superfície diferente, com texturas, tamanhos, cor, extensão, significa nas formas de textualização, nas diversas maneiras de formulação (ORLANDI, 2004). Essa nova forma de significar, tanto no espaço do muro quanto no da casa e do sanitário público, aponta para diferentes modos de o sujeito viver no social, atestando diferentes formações discursivas, que materializam sentidos de um dentro e um fora, de pertencimento/não pertencimento, de público e privado.

A partir desses modos de produção do público e do privado e de como o espaço do sanitário público ganha, enquanto local de interlocução, diferentes conotações dentro do urbano, passaremos a discorrer, no capítulo seguinte, sobre a análise da escrita nos sanitários públicos, de acordo com a organização discursiva dos materiais, que se inscrevem em Formações Discursivas distintas, que se instalam como sítios que conformam a arte, a denúncia, a resistência, a interdição e o discurso do Eu e do (O)outro, como veremos funcionando nas análises.

CAPÍTULO III

SANITÁRIOS PÚBLICOS: ESPAÇOS DE INSTANCIÇÃO DA *LETRA DO/NO* INCONSCIENTE

Como vimos mostrando, a relação entre público e privado, no que concerne aos sanitários públicos, faz-se por um discurso que define, socialmente, a necessidade fisiológica como sendo, ao mesmo tempo, privada (ato individual, particular) e pública (em espaços compartilhados por indistintas pessoas). É, pois, esse funcionamento que atravessa o sujeito que escreve/inscreve, uma vez que a escrita no/do sanitário se dá também pela ordem do privado (visto que acontece no anonimato e serve ao propósito de “excretar” os desejos do sujeito, dos mais incômodos, escatológicos e agressivos aos mais sublimes) e do público (uma vez que essa escrita necessita ser vista por todos, que se dê a conhecer pelo coletivo).

A partir da representação abordada na relação entre público e privado, individual e coletivo, o Eu e o Outro, buscamos, a partir de uma abordagem que alia a Análise do Discurso aos estudos da Psicanálise, no que se refere à escrita em suas mais variadas formas de expressão, discorrer sobre como se constrói o processo da escrita (no banheiro público) a partir da compreensão de que este tem início no inconsciente do sujeito.

Observamos a partir dos estudos freudianos a descoberta do inconsciente que é estruturado como linguagem e que divide o sujeito entre saber e verdade, desse modo os dois processos em questão nesse estudo, o falar e o escrever, embora tenham inscrições diferentes, não estão estagnados e nem têm origem no sujeito.

A Análise de Discurso, pautada pela Psicanálise, traz de volta para o seu campo a falha da língua(gem), visto que os estudos do discurso, associados à noção de inconsciente, conforme formulado por Freud e retomado por Lacan, possibilita indagar sobre o apagamento do sujeito promovido pela Linguística, compreendendo-o como efeito e consequência da linguagem.

Na escrita de sanitário, o ato de se particularizar, de entrar na via do anonimato, é já o de estar inscrito na ordem do Outro (Lei, Norma, Cultura), visto que externar o que há de mais residual no sujeito foi/é compreendido historicamente pela moral como algo individual e, pelo inconsciente, como algo que é da ordem do recaiado, portanto, algo do qual não se deve manter contato, saber, falar a respeito, querer saber.

Esse funcionamento (o do não querer saber) é da ordem do desejo. A escrita/inscrição que se produz agressiva, preconceituosa, sublime etc, é a mesma que não se quer escrever, ter contato, saber sobre, mas que, ao mesmo tempo, é necessário que esta encontre espaços de irrupções, ainda que anônimos, como nos sanitários públicos.

Dessa maneira, o que se pretende tratar nesse capítulo é pensar um indivíduo descentralizado da noção do Eu, visto que “[...] o Eu não é o senhor em sua própria casa”, de acordo com Freud (1987, p. 178), deslocá-lo para o lugar de um sujeito que nada mais é do que efeito e consequência da linguagem, portanto, constituído pelo (O)outro, que o conforma.

Diante dessa perspectiva, Orlandi (2012) afirma que a Análise de Discurso questiona a Linguística e se contrapõe ao apagamento que ela faz da história e, conseqüentemente, do sujeito, propondo que as análises da linguagem se deem como um discurso, um objeto sócio histórico e representativo enquanto arte, denúncia, resistência etc.

3.1. A escrita de/em sanitários públicos: formas representativas da arte

Temos na arte uma das mais importantes formas de expressão da humanidade, uma vez que, por meio dela, valores, ideias e ideais de uma época são repassados e perpetuados, ou ainda por ultrapassar a barreira espaço/tempo, permanecem atuais, uma vez que incidem sobre a contemporaneidade, contribuindo, assim, para a construção do cidadão moderno e da nova visão de mundo.

Com esse entendimento, recorreremos a algumas abordagens de teor filosófico, em especial as de Kant e Hegel, que nos auxiliaram a deslocar o objeto da arte de uma perspectiva empirista, para a qual era impossível compreendê-la (a arte) para além de uma experiência de sensibilidade, trazendo-a para o terreno do conhecimento filosófico e, posteriormente, para o discursivo.

Kant, ao defender a arte em consonância com o gostar (sensibilidade), buscou relacioná-la com a sociedade e a intersubjetividade; já Hegel, ao declarar a superioridade da arte em relação à natureza, entendeu-a como um objeto que decorria totalmente da atividade humana. Dessa maneira, as abordagens como a desses dois filósofos, em que pesem terem entendimentos distintos quanto a arte como algo belo e como sendo o artista é o produtor deste belo, mantiveram-na no terreno abstrato do pensamento, de forma que a arte fosse tomada apenas como um modo de visualizar o mundo e de se (re)apropriar dele.

C = Quero comer carne de boi! Não aguento mais comer carne de porco!
Será que em Pedra Bonita não tem boi?

G = Sempre servimos boi aqui no restaurante. O açougue da cidade é que não tem pra vender. E se não quiser comer carne de porco é só pedir que a gente frita um ovo. Ass: A Gerência

C = Muito obrigado

Nesse diálogo, funciona um discurso afeito ao protesto, pois o consumidor reclama da carne de porco como a usualmente servida pelo restaurante e a gerência do estabelecimento, assim, responde à denúncia fazendo outra denúncia: o açougue da cidade (Pedra Bonita) é que não tem para vender (a carne de boi). Desse modo, a gerência do restaurante se autoriza a uma ironia: “se não quiser comer a carne de porco é só pedir que a gente frita um ovo”, ao que o reclamante agradece pela resposta. Assim, esse agradecimento produz efeitos tanto de uma negação quanto de uma afirmação, pois o “muito obrigado” pode funcionar tanto para agradecer de fato à solução pelo ovo frito quanto pode funcionar como ironia, quando ganha sentidos de negação à solução.

De todo modo, o autor da charge faz funcionar uma memória acerca do sanitário público como espaço onde se pode escrever anonimamente, como o denunciante da ausência de variedade nas carnes do restaurante, ou escrever dando identidade à escrita, como é o caso da resposta assinada pela gerência.

Nessa representação de escrita em sanitários, vimos funcionar, tal como acontece nesse espaço, um diálogo, marcado pela omissão do autor da denúncia e pela manifestação de autoria, pela gerência do restaurante, e pela presença de uma figura de linguagem, a ironia, utilizada de modo a fazer funcionar, no leitor da charge, a memória de uma escrita de sanitário.

Para conferir maior identificação à escrita de sanitário, o autor da charge, usando de uma linguagem de baixo calão, (re)produz uma anedota, que é comum em sanitários públicos e que desperta o caráter risível, que é comumente produzido por esse gênero textual:

Não caga cantando que a bosta sai dançando!

O sanitário é um espaço onde as pessoas se permitem soltar a voz na forma de canto, mas é, principalmente, um espaço destinado ao banho e à satisfação das necessidades fisiológicas, então a piada, sob o nosso olhar, é feita a partir da destinação desse espaço, tanto como lugar para o canto quanto para defecar, produzindo, assim, um efeito jocoso sobre/para o espaço.

Do mesmo modo, o trocadilho, presente em muitos sanitários, também produz riso, como o autor da charge fez funcionar:

Não confunda a grande obra do mestre Picasso com a pica de aço do mestre de obras.

O trocadilho, segundo Orlandi (2012), produz efeitos de uma formulação, pois os efeitos são a contrapartida do significante que conversa com outros significantes em uma dada cadeia linguageira. Daí a imprevisibilidade dos efeitos de sentido, pois Picasso tanto pode significar, para alguns, o pintor/escultor catalão, quanto, para outros, uma pica grande ou ainda uma pica de aço. Esse caráter de imprevisibilidade do dizer ocorre pelo fato de os sentidos não estarem dados *à priori* e nem estarem sujeitos à vontade de quem formula, razão pela qual a AD toma o discurso como “efeito entre locutores”.

Na charge vemos ainda corpos nus, nomes, datas, rubricas, defesa de movimentos como o da cultura Punk¹² ou o do Anarquismo¹³, representando, na obra do chargista, a pluralidade de discursos presentes no espaço do sanitário público, produzindo o efeito de que ali tudo pode. É por essa razão que tomamos a discursividade de sanitário público como espaço de materialização de desejos inconscientes, portanto, desconhecidos do próprio sujeito que ali picha, pois ali se picha denúncias, protestos ensejados pelos movimentos da contracultura, piadas, assuntos sexuais etc.

Nessa direção, consideramos que o sanitário público, como já dissemos, serve ao propósito da excreção daquilo que deve ser dispensado pelo sujeito, tanto os resíduos biológicos quanto os desejos inconscientes que se inscrevem nele sob forma de demanda, que pode/deve ser vetada/proibida, conforme o que prega o dizer ético e moral/social.

¹² A cultura *punk* engloba princípios de autonomia (faça-você-mesmo) e apresenta-se com as características: aparência agressiva, simplicidade, sarcasmo niilista e subversão da cultura, marcada pelo estilo musical, moda, *design*, artes plásticas, cinema, poesia, comportamento, expressões linguísticas, símbolos e outros códigos de comunicação. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/estilo-punk.htm>. Acesso em 05 de fev. 2020.

¹³ O Anarquismo/Anarquia é uma teoria política que rejeita a existência de um governo, assim, não é a favor de nenhum tipo de hierarquia ou dominação imposta. O símbolo da letra “A” (de Anarquia) com um círculo em volta (que expressa a letra “O”) dá forma a um dos slogans do movimento “Anarquia é ordem”. Disponível em: <https://www.politize.com.br/anarquismo/>. Acesso em 05 de fev. 2020.

O fato é que, nesses modos de materialização dos desejos, temos o *dizer sobre* o sanitário público, como é o caso da charge acima analisada, mas temos também o *dizer do*¹⁴ sanitário público, na forma de pichações.

Dessa maneira, nossa análise não traz só o escrito presente em sanitários públicos, mas também o que se faz circular sobre ela, na forma de charge, como é o caso, de comentários etc.

Vejamos esse mesmo funcionamento na Figura II:

FIGURA II



Fonte: <https://portalcoruja.webnode.com/news/arte-de-banheiro/>. Acesso em 20 de ago. 2019.

Podemos tomar a forma de escrita, presente na Figura II, como um *dizer sobre* o sanitário público, visto que o autor anônimo da escrita, valendo-se da arte, desenha um

¹⁴ Discursivamente, a distinção entre *discurso sobre* e *discurso do* marca, respectivamente, uma fala em discurso indireto, quando se fala sobre algo ou alguém, e em discurso direto, quando o sujeito fala de si. Gramaticalmente, o discurso pode ser direto, indireto e indireto livre. “O discurso direto é o registro das palavras proferidas por uma personagem. [...] É um tipo de discurso alheio a quem narra a história, ou seja, não há interferência por parte do narrador. O discurso indireto é definido como o registro da fala da personagem sob influência por parte do narrador. [...]. O discurso indireto livre ocorre quando a narrativa é interrompida para dar lugar a uma fala da personagem [...] . As falas ou pensamentos das personagens surgem abruptamente durante a narração [...]”. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/redacao/discurso.htm>. Acesso em 23 de jan. 2020.

interruptor para marcar, no seu dizer, sua avaliação sobre a presença/ausência de luz naquele espaço. Assim, a presença/ausência de luz se instala, por um efeito metafórico, como um julgamento de valor do espaço (mais legal/menos legal), antes e depois da luz. Dessa maneira, o que o dizer metaforiza são sentidos que colocam em circulação um momento em que a escrita podia fluir, tal como os modos de excreção praticados naquele espaço, mais livremente dos sentidos de vigilância, instalados pela presença da “luz” enquanto uma tecnologia que impôs modos de visibilidade e de controle sobre os sujeitos.

Esse banheiro era mais legal sem luz

O efeito que esse dizer produz só pode dizê-lo cada leitor dessa pichação, pois a ausência de luz, somada ao desenho do interruptor, pode dizer da presença/ausência da energia elétrica, mas pode dizer também de outro tempo em que o banheiro era menos visível, menos concorrido ou menos vigiado, ou seja, de um momento em que a atenção se voltava menos para o sujeito, enquanto usuário, e para as manifestações das suas necessidades, que podiam continuar abrigadas pela escuridão, pela sombra. Assim, o que captura esse dizer é um discurso sobre a configuração, histórica, do banheiro.

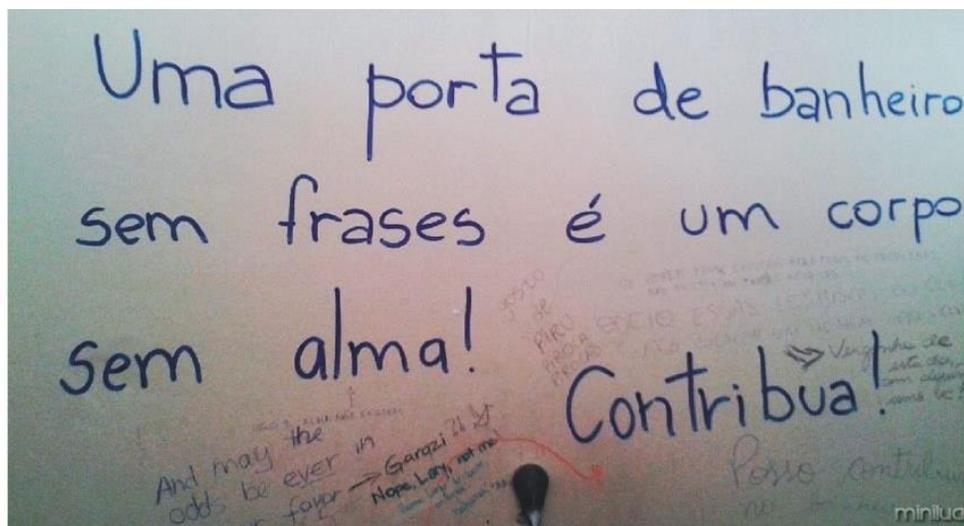
De toda maneira, a presença da tecnologia nos sanitários públicos, a luz elétrica, é colocada em questão produzindo um antes e um depois, marcado por um julgamento de valor: era mais legal, portanto, agora é menos legal.

Como analistas de discurso, o nosso propósito não é o de esgotar os efeitos possíveis de um discurso, pois o sentido pode ser sempre outro, uma vez que depende de cada gesto de leitura dessa forma de escrita, mas dar visibilidade ao sanitário público como espaço de materialização e de manifestação de desejos inconscientes, cujo autor se coloca como anônimo ao seu próprio dizer e aos seus próprios desejos.

A questão de menor visibilidade do espaço do sanitário caminha junto com o debate sobre o discurso da não autoria que essas escritas colocam em funcionamento, pelo lugar em que são materializadas. Apagar a luz, dessa maneira, é dar espaço para o anonimato, despistando um sujeito que “se revela” em textos agressivos e proibitivos, garantindo-lhe a produção de uma escrita que mostra e que, ao mesmo tempo, esconde desejos. Assim, o escuro do sanitário pode ser o espaço onde o sujeito mostra/esconde desejos, segredando, inclusive, essa relação de anonimato.

A próxima pichação de sanitário coloca-se como lugar de defesa das pichações nesses espaços, mas se produz pelo paradoxo do dizer próprio do autor:

FIGURA III



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/551550285608323774/?lp=true>. Acesso em 15 de ago. 2019

O dizer poético, que atribui alma, que humaniza e que pede contribuições aos leitores para que continuem escrevendo nas portas/paredes de sanitários, apaga, por seu gesto de sobrepor escrita às escritas, o dizer de outras pessoas, silenciando, pela escrita sobreposta na porta, o dizer inaudível de muitas almas.

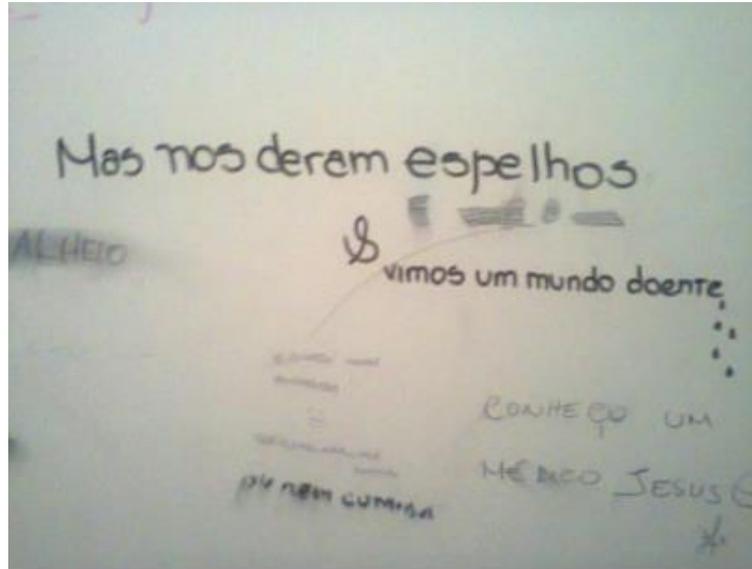
Chamamos de dizer poético o modo como a formulação, escrita na porta do sanitário, remete à maneira pela qual o texto poético é produzido: o que é concreto, físico, sólido encontra correspondência em seu oposto, por analogias, aproximações, um gesto próprio da escrita poética.

Vejam, pois, que essa escrita, embora não esteja em um suporte convencional ao texto poético, coloca em funcionamento uma memória da escrita poética que não é senão um lugar de exibição/irrupção do sujeito do inconsciente, pois trabalha a língua em sua mais profunda possibilidade de materializar discursos, em distintas condições de produção. Assim, o sanitário público, por instalar o discurso do anonimato, se oferece como espaço privilegiado à poesia, à arte, ou seja, espaço historicamente marcado por uma forma de escrita entrecortada por não ditos e lugares de não autoria.

Nesse mesmo entendimento, temos a Figura IV que traz em seu texto um trecho da música *Índios*¹⁵, de Renato Russo.

¹⁵ Letra da música *Índios*, de Renato Russo, na íntegra, disponível em: <https://www.lettras.mus.br/legiao-urbana/92/>. Acesso em 30 de nov. 2019.

FIGURA IV



Fonte: Alves (2014, p. 14).

Mas nos deram espelhos e vimos um mundo doente.

A imagem especular em Lacan (1998) é a que permite ao sujeito a capacidade da imaginação. Olhar no espelho é ver o seu próprio reflexo, é se ver, mas é também ver no (O)outro aquilo que, inconscientemente, se projeta de si. Nesse entendimento, a escrita reproduz a dor – marcada por lágrimas que vertem da palavra doente – de (se) ver um mundo doente. Assim, o espelho para onde se olha e de onde se espera ver beleza reflete apenas doença e dor.

Para essa escrita, um outro escritor anônimo responde:

Conheço um médico – Jesus Cristo

A resposta, inscrita em uma formação discursiva religiosa, apresenta a cura para toda a doença e dor, Jesus Cristo. Ou seja, para a desesperança a salvação de todo o mal, pois, se o dizer do primeiro desacredita na cura, na salvação, na felicidade, o segundo apresenta a salvação através de Jesus Cristo, portanto, através de um conceito cristão, materializando no espaço do sanitário público o embate entre aquele que crê e aquele que desacredita.

De toda maneira, as inscrições feitas nos sanitários públicos produzem as mais variadas interpretações, independentemente de ser letra de música, poesia, pensamentos,

fazendo com que textos famosos e conhecidos se tornem, nesse ambiente, mais um registro de escrito, mais um grafite, visto que traduz também desejos.

Por esse percurso, tentamos dar visibilidade aos modos como a escrita de/em sanitários públicos materializam-se na forma de arte, tanto no *escrito sobre* (o caso da charge) quanto no *escrito de/em* sanitários públicos (o caso das outras imagens), produzindo, em ambos os discursos, sentidos que colocam em circulação, pelos efeitos, a arte, materializada tanto no desenho quanto na escrita.

No próximo tópico passamos, então, a outros efeitos de sentido que as escritas em sanitários públicos produzem.

3.2 Preconceito, denúncia e resistência: o político em sanitários públicos

De acordo com Benjamin (2007, p. 104), o entendimento acerca da escrita em sanitários (grafismo ou pichações) é conhecida como “experiência de choque”, pois decorre da utilização de uma técnica que é representativa da produção da cultura, afetando a percepção estética das massas, bem como, assegurando uma retomada dos espaços urbanos.

Para Gonçalves e Estrella (2007, p. 102):

Em oposição a essa atitude de indiferença forçada, que o homem urbano experimenta no cotidiano da cidade, resultante da racionalização de seu espaço e das relações sociais, podemos propor as interferências artísticas como retomada dessa condição estética da cidade. A proposta é recompor a dimensão coletiva do ambiente urbano e assim então provocar a cidade como fato estético e de comunicação – o encontro do sujeito com seu objeto sensível.

Assim, a escrita nos sanitários públicos, além da sua forma artística, assume, também, importante papel político de reconstituição/reverberação dos sentidos que materializam a atual condição dos sujeitos nas cidades, funcionando como modos de denúncia e de resistência aos ditames sociais, especialmente nos momentos que antecedem e precedem eleições, como é o caso da mais recente no Brasil, a dos presidenciais.

Atualmente, a eleição presidencial no Brasil acontece a cada quatro¹⁶ anos e nela os eleitores votam também para Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital (no caso do Distrito Federal).

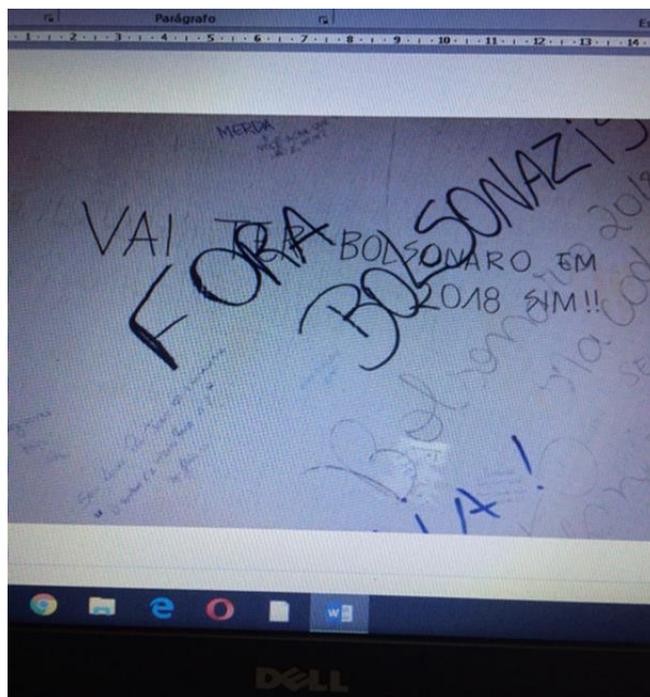
¹⁶ As eleições para prefeito e vereador também ocorrem, em todas as cidades do Brasil, a cada quatro anos.

Esse acontecimento político gera uma infinidade de dizeres, de pichações em sanitários públicos, que, atreladas ao discurso político, dizem de manifestações favoráveis e contrárias aos candidatos que ganham maior visibilidade no cenário político.

3.2.1 Discursividades eleitoreiras: o político na/da língua

No período de disputas eleitorais, o surgimento de escritas nos sanitários apoiando, denunciando ou ofendendo os candidatos e o sistema político do país é grande, conforme mostraremos.

FIGURA V



Fonte: Acervo disponibilizado pela Prof^a. Águeda Borges, 2018.

A pichação, presente na Figura V, refere-se ao então presidenciável, Jair Bolsonaro, que iniciou sua carreira política em 1989, como vereador na cidade do Rio de Janeiro, onde foi também Deputado Federal, por mais de 20 anos (desde 1991), quando em 2019 tornou-se o 38º e atual Presidente do Brasil.

O dizer em primeiro plano¹⁷, relativo a Bolsonaro, é marcado por um imperativo *Fora*, acrescido da afirmação de que o então candidato à presidência do Brasil compartilha das ideias nazistas de Hitler:

Fora Bolsonazis!

Assim o imperativo *Fora* faz-se sobre um duplo funcionamento: fora ao candidato de extrema-direita e fora às ideias nazistas que ele representa.

Essa aproximação entre Bolsonaro e Hitler despertou em eleitores de esquerda a necessidade de se posicionarem contra o candidato de extrema-direita, com o slogan *#Ele não! Ele nunca!*, que virou até uma música de campanha¹⁸.

Vemos mais uma vez materializado o discurso de aproximação entre Bolsonaro e Hitler, na Figura VI, que trazemos para dialogar com a análise:

FIGURA VI



Fonte: Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/09/24/elenao-aprenda-a-letra-da-musica-dos-atos-da-primavera-feminista/>. Acesso em 15 de ago. 2019.

¹⁷ Dizemos que é uma pichação em primeiro plano, pois é possível ler, ao fundo da imagem, várias pichações de cunho político, favoráveis e desfavoráveis à candidatura de Bolsonaro à presidência do Brasil: Vai ter Bolsonaro em 2018 sim! Bolsonaro em 2018 na cadeia! Daí nosso título tomar esse modo de funcionamento como *vozes sobrepostas*.

¹⁸ A letra da música de Simone Soares e Flavia Simão, publicada pela *Primavera Feminista*, é entoada no ritmo de *Bella Ciao*, canção símbolo da resistência italiana ao fascismo de Mussolini e às tropas nazistas durante a segunda guerra: Uma manhã, eu acordei / E ecoava: ele não, ele não, não, não / Uma manhã, eu acordei / E lutei contra um opressor / Somos mulheres, a resistência / De um Brasil sem fascismo e sem horror / Vamos à luta, pra derrotar / O ódio e pregar o amor (2x). Disponível em: <https://jornalggn.com.br/movimentos-sociais/trivial-de-bella-ciao/>. Acesso em 03 de ago. 2019.

A montagem do rosto de Bolsonaro com o rosto de Hitler e a afirmação “Ele não” produz o efeito de sentido analisado sobre a Figura V, ou seja, de uma negação ao candidato à presidência do Brasil e às ideias nazistas¹⁹ a ele associadas. Desse modo, o “ele não” é uma formulação que irrompe em condições de produção que nos são próprias, particulares. Um sentido irrompendo sobre a ilusão da retomada de um “mesmo” episódio histórico.

Passemos à análise de mais uma imagem:

FIGURA VII



Fonte: Acervo disponibilizado pela Profª. Águeda Borges, 2018.

Na figura VII, o político referido é Rodrigo Maia²⁰, filiado ao Democratas (DEM) e Presidente da Câmara dos Deputados, desde 2016, sendo reeleito no biênio 2019-2021.

Na imagem, o dizer “Fora Maia” se produz por condições em que o embate entre o presidente do país e o da Câmara dos deputados se acentua ao ponto de partidários de

¹⁹ As características principais do nazismo [...] derivaram-se das ideias de Hitler [...]. O controle da população por meio da propaganda [...] uso do rádio e do cinema foi decisivo nesse processo para que as ideias nazistas fossem propagadas. O *antisemitismo* era uma dessas ideias. O ódio aos judeus, a quem Hitler atribuía a culpa por vários problemas que a Alemanha enfrentava, sobretudo, problemas de ordem econômica [...]. Esse fato culminou no Holocausto – morte de mais de seis milhões de pessoas em campos de concentração (a maioria, judeus). [...] noção *racista* e *eugenista* da superioridade do homem branco germânico, ou da raça ariana [...]. [...] incumbida, por conta de sua superioridade, de se tornar “senhora” sobre os outros povos. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/nazismo.htm>. Acesso em 02 de abr. 2020.

²⁰ Rodrigo Maia, presidente nacional do DEM, em seu 6º mandato como Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, é o 54º Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, ocupando o cargo desde 14/06/2016 até a atualidade.

Bolsonaro comecem a exigir a expulsão de Maia e até o fechamento do Congresso. Desse modo, ao pichar a expressão, o autor anônimo compartilha do entendimento de dar a Bolsonaro liberdade para governar, visto que o presidente da casa se coloca, muitas vezes, em posição contrária aos ditames do presidente da república.

Nossa posição, enquanto analista, não é, pois, a de nos colocar favoráveis ou contrários às posições em embate, mas a de dar visibilidade aos efeitos que o dizer produz, dadas as suas condições de produção.

A figura VII, tal como outras dessa pesquisa, dá visibilidade às razões de, no nosso título, chamarmos as escritas de sanitários como “vozes sobrepostas”, pois, o funcionamento que se materializa nessas escritas produz o efeito de vozes que se sobrepõem, marcando posições favoráveis, desfavoráveis e até as que se cansaram desse embate por considerá-lo insólito, como no dizer “Eita vontade de dormir”, que marca o enfado, a fuga pelo sono de um embate que não se encerra, pois, antes de tudo, é um embate entre posições no dizer, portanto, um embate que constitui cada sujeito em suas posições.

Vejam os o funcionamento da Figura VIII:

FIGURA VIII



Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/morte-aos-gays-e-lesbicas-diz-pichacao-pro-bolsonaro-em-cursinho>. Acesso em 15 de ago. 2019

Assumindo posições radicais, o militar e político Bolsonaro ficou conhecido pelo chamado *discurso de ódio*, marcado por falas de cunho homofóbico, misógino e racista, uma vez que ataca negros, homossexuais e mulheres. Identificados com seu discurso, seus eleitores

passaram a alcunhá-lo de *mito*. A palavra mito liga-se, de maneira mais comumente, aos seres que encarnam, de forma simbólica, forças fantásticas. Assim, atrela-se muito diretamente à mitologia, que atribui ao herói ou vilão características humanas, mas associando-as às forças sobrenaturais.

Nesse entendimento, os apoiadores de Bolsonaro, ao nomeá-lo como mito e ao incorporaram essa palavra ao seu nome, “Bolsomito”, tomam-no como tal, ou seja, como alguém que tem poderes sobre humanos e que, portanto, veio para salvar o país das mazelas deixadas, no entendimento deles, pelo partido dos trabalhadores (PT).

Contudo, conforme explica Amore (2018), trata-se de um mito às avessas, pois é resultado de “[...] uma representação de personagem amplificada pelo imaginário coletivo”, em razão de constituir-se como uma peça ficcional criada para fomentar esse tipo de efeito. De outro modo, seus apoiadores inscrevem-se, enquanto posição, em uma dada formação ideológica que, valendo-se dos traumas decorrentes de uma das maiores crises econômica política e moral do país (e do mundo), tomam Bolsonaro por um funcionamento ilusório que o coloca como o “salvador da pátria”, ou seja, aquele que, na visão dos seus asseclas, teria o poder de um mito, que traria redenção à situação brasileira.

A pichação presente na Figura VIII materializa esse entendimento:

Bolsomito 17. Morte aos negros, gays e lésbicas.

Como vemos, a pichação produz o efeito de que o mito Bolsonaro trará morte aos negros, gays e lésbicas, como se a crise econômica, política e moral do país se resolvesse com a morte dessa parcela da população brasileira. Essa ideia filia-se ao genocídio comandado por Hitler em nome de se criar uma raça pura alemã, livre de homossexuais, negros, judeus, deficientes etc.

Esse mesmo funcionamento se verifica em uma série de pichações que ocorreram em sanitários públicos da Mackenzie²¹, no ano de 2018, como vemos nas figuras IX e X:

FIGURA IX

²¹ A palavra Mackenzie se atrela à Universidade Presbiteriana Mackenzie e também ao Instituto Presbiteriano Mackenzie, que gerencia cada universidade como uma unidade da qual é mantenedor. Daí ser referida como a Mackenzie (a universidade) e o Mackenzie (o instituto). No nosso caso, trata-se de uma dada unidade da universidade, portanto, a Mackenzie.

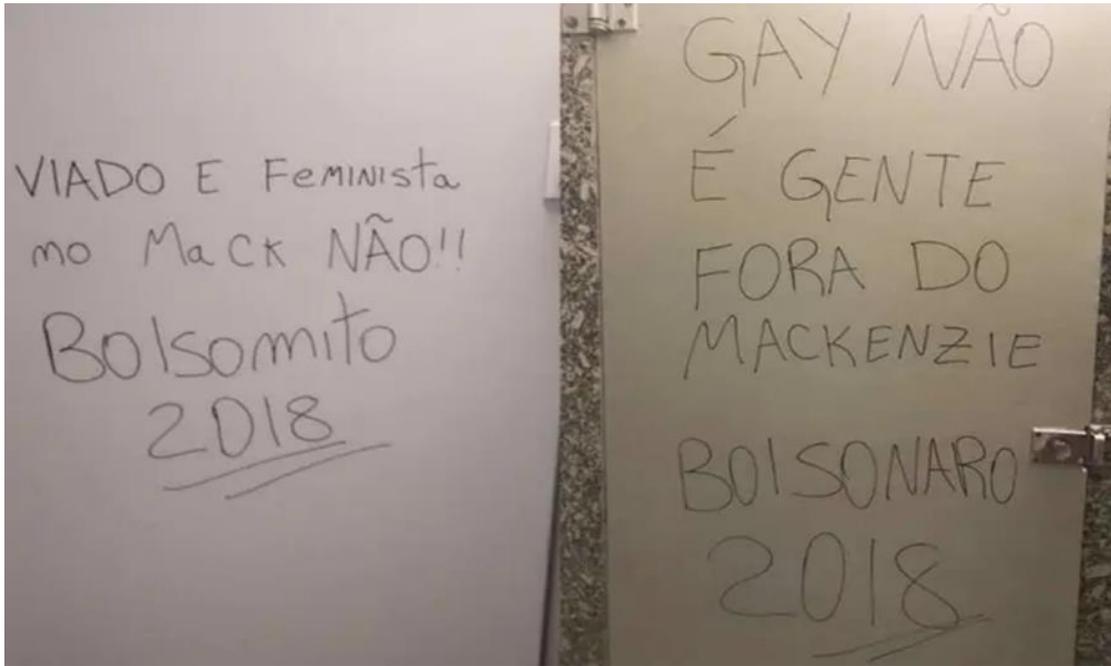


FIGURA X



Fonte: Pichações homofóbicas, machistas e nazistas nas portas de banheiros da Mackenzie. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivolgbtmack/>. Acesso em 15 de ago. 2019.

As pichações seguem o discurso de ódio, produzindo o efeito de que, com Bolsonaro, serão retirados da Mackenzie os gays e as feministas:

Viado e feminista no Mack NÃO!! Bolsomito 2018
GAY NÃO É GENTE FORA DO MACKENZIE. BOLSONARO 2018
VOLTA HITLER. B17 卐
MORTE AOS VIADO, PRETO E FEMINAZI. # B17 卐

Essa série de pichações dá visibilidade ao discurso de ódio disseminado entre acadêmicos, seguidores de Bolsonaro.

O primeiro quadro da figura IX traz um dizer que afirma que no Mackenzie, ou seja, em todas as unidades do Instituto não se aceita “viado e feminista”. Então, mesmo que a pichação se dê em uma dada unidade da Mackenzie, (uma universidade), o autor anônimo se autoriza a falar em nome do Instituto, em nome do administrador de uma instituição particular de ensino, na qual essa subespécie humana não tem lugar.

O segundo quadro da figura IX produz em equívoco na língua, pois a ausência de pontuação pode levar à interpretação contrária ao que o pichador pretendeu dizer:

Gay não é gente fora do Mackenzie. Bolsonaro 2018

Gay não é gente (, . !) Fora do Mackenzie. Bolsonaro 2018

Vejamos que, da forma como está escrito “Gay não é gente fora do Mackenzie”, o sentido, desatrelado do complemento, Bolsonaro 2018, e do discurso de ódio que o candidato protagonizou/protagoniza, se coloca como uma defesa de que gay não é gente fora do Mackenzie, mas o é dentro do ou para o Instituto. A falta da pontuação (uma vírgula, um ponto ou até uma exclamação) produz esse efeito, assim, o que o subsume, o que o apaga, para o próprio autor e para muitos que leem a pichação, é o complemento do dizer, Bolsonaro 2018, associando a ideia de que gay não é gente e que, portanto, não cabe, tanto para o candidato quanto para os seguidores dele, em nenhuma unidade do instituto.

Esse dizer, exemplar do funcionamento da língua, marca-a como não transparente, como aberta à equivocidade, ao mesmo em tempo que materializa o quanto o sentido não está dado pela intenção do enunciador, mas constitui-se pelo efeito causado no interlocutor.

De toda maneira, o duplo sentido presente nessa formulação é subsumido pelo sentido não de exaltação do gay, pois o que a memória do dizer coloca em funcionamento são os modos de dizer as minorias, de dizer o sujeito gay, fazendo com que a pontuação (a vírgula, o ponto, a exclamação) se coloque, mesmo que ali ela não esteja. Ou seja, o ataque constante ao sujeito gay, ao negro, às mulheres faz com que toda uma história de exclusões e de segregações seja remontada de modo a prevalecer o sentido ditado pela ideologia dominante: gay não é gente, ou, em outras palavras, é um bicho, um monstro que tem desejos diferentes dos do sujeito dito normal e, portanto, deve estar fora da instituição de ensino ou ser morto.

As posições-sujeito que se inscrevem nos sanitários, ou em qualquer outro lugar, instalam-se pela evidência do sentido, jogam com o equívoco e expõem-se ao não-dito, colocando em funcionamento uma organização instaurada pelo tecido social do discurso urbano, assim, (re)significam e dão corpo às filiações de sentido, funcionando mais livremente em espaços anônimos, como o sanitário público.

Nas duas imagens que compõem a figura X, as palavras e os símbolos usados (suástica) filiam-se à memória de uma Alemanha Nazista, na qual Hitler, constituindo-se como *mito*, aos modos de Bolsonaro, retirou da convivência com os alemães toda uma classe de pessoas, tidas por ele como subespécie humana. Nessa direção, retirar da Mackenzie os gays, as feministas (muitas vezes associadas como lésbicas, no imaginário popular) e os negros produz o efeito de garantir, ainda que na Mackenzie, uma seleção de quem pode e deve cursar uma universidade.

Tanto na Figura IX quanto na X, as pichações fazem usos de imperativos, de vozes que produzem efeito de comando, marcada especialmente, pelas palavras em caixa alta, como o NÃO (imagem 1 da Figura IX), o FORA (imagem 2 da Figura IX), o VOLTA (imagem 1 da Figura X) ou o MORTE (imagem 2 da Figura X). Essas palavras nelas mesmas produzem efeitos de mando e, associadas ao uso do Caps Lock (caixa alta), funcionam como um grito contra essa população.

Essa forma de deixar fluir desejos inconfessos faz-se de forma anônima e asseguradas pelo discurso de ódio do então candidato à presidência, Bolsonaro, marcado no texto como B17. Assim, casos de discurso de ódio e de preconceito, disfarçados de liberdade de expressão, demonstram a importância da responsabilização sobre a emissão de opiniões e dos seus limites.

Ao estudar os escritos de sanitários públicos, tomamos as escritas como efeito das suas condições de produção, pois tal escrita faz-se em um ambiente público, marcado pela circunstância do anonimato, uma vez que, na esfera reservada de um sanitário, onde o anonimato é assegurado, ideias podem surgir sem nenhuma censura externa, marcando desejos inconfessáveis a qualquer um e ao próprio sujeito.

No entanto, essa autonomia conferida pelo efeito anonimato pode ser relativa, visto que se não há, por um lado, censura externa, por outro, existem regras internalizadas que levam o sujeito a se submeter a uma censura interior. A censura interior, citada por Teixeira e Otta (1998), pode ser interpretada como as normas vigentes no sistema heteronormativo. Ora,

se o indivíduo se encontra em um ambiente de jogos e relações de poder, o mesmo não está distante das Universidades e dos sanitários.

O anonimato que essa escrita em sanitários públicos produz é da ordem de um apagamento da relação constitutiva entre o sujeito, a escrita e a autoria, ou seja, a relação marcada pelo anonimato do autor, é, em si mesma, efeito da dupla interdição que conforma o sujeito pichador desse espaço: a do Estado, que prescreve a forma correta de escrita, e a da alteridade, que faz do seu dizer uma remissão aos desejos do grande Outro.

Nesses modos de constituição do sujeito pichador, o sanitário passa, então, a ser um reflexo do mundo além das cabines, visto que lá se materializam, por meio da linguagem, angústias, denúncias, transgressão à norma do bem escrever e discursos já vivenciados. O efeito de anonimato é assegurado evidenciando a liberdade da escrita, entretanto, o sujeito não se desvincula dos seus desejos e das ideologias que o constitui, construídas ao longo da vida.

O espaço dos sanitários públicos é agora íntimo e privado, o efeito de anonimato é revestido pelas cabines fechadas, entretanto a cabine é de uso público. Isso caracteriza um paradoxo, que consiste no fato de o sanitário ser um espaço de intersecção entre o público e o privado.

Franciscon (*et.al.* 2011, p. 230), ao estudar os escritos de sanitários, analisou o comportamento do sujeito no espaço público, constatando que seu comportamento se difere do privado, pois, no espaço público, em meio à massa, a identidade civil daquele que performa o ato, diríamos, que se inscreve, é de alguma maneira, preservada.

Por outro lado, o sujeito, estando submetido à exposição pública de seu corpo e dos seus atos físicos, acaba restringindo, por conta dessa “exposição”, sua forma de agir, por vontade própria, por vergonha, ou por medo de ser exposto ou de ser punido por sua subjetividade. Logo, o usuário dos sanitários públicos dentro da Universidade Mackenzie, ao mesmo tempo em que lhe é assegurada sua intimidade dentro das cabines, por sua arquitetura fechada, lhe é assegurado, também, o anonimato, por se tratar de um ambiente público em questão.

Nessa perspectiva, a partir da teoria da Análise de Discurso, o funcionamento discursivo das pichações inscritas nas portas de sanitários da Universidade Mackenzie, campus de Brasília, produz efeitos de sentidos de filiação a uma concepção nazista, endossada pelo então presidente, colocando em questão a constituição, formulação e circulação das pichações (ORLANDI, 2005b).

Em nossa análise, essas pichações, na forma de escrituras, dão visibilidade à luta pelo pertencimento em uma sociedade desigual, de segregações e de exclusões, na qual os que detêm o poder (aqui, o de ser considerado “normal”) se arvoram sobre quem deve pertencer, ou pior, ser banido, assassinado. Nesse contexto, resta ao apartado a resistência como forma de inscrição no já socialmente significado discurso urbano, conforme Orlandi (2004), dado que as posições-sujeito aqui analisadas questionam as evidências, jogam com o equívoco, expondo-se ao não-dito.

Há, assim, um gesto político que instaura todo texto dividindo sentidos, remetendo-os a certas formações discursivas e não a outras que, por sua vez, se remete a outros funcionamentos de outras formações discursivas.

Nas palavras de Pêcheux (1995, p.161),

[...] uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio” vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

A formulação de Pêcheux nos faz compreender que a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido. Assim, o texto é levado a escutas significativas que remetem a distintos questionamentos: que memória o intradiscurso trabalha nesse enunciado? Como o texto significa no imaginário dos sujeitos que acessam os sanitários públicos?

A memória é pensada em relação ao discurso como aquilo que já foi dito em determinadas condições e que é retomado na formação do divisível, funcionando como um pré-construído. Assim, tudo o que já foi dito sobre Eugenia, por exemplo, são sentidos que conformam a memória do dizer e que são acionados por distintas posições-sujeito, em condições determinadas. É por essa razão que o dizer de Bolsonaro e a reprodução deles, por seus seguidores nos sanitários públicos, faz funcionar a memória de raça pura, introduzida por Hitler e o arianismo.

Nessa direção, as discussões sobre gênero e sexualidade, que essas escritas de sanitários ensejam, demonstram como as diferenças de gênero, bem como, o próprio gênero são concepções construídas a partir de certas relações de poder, presentes na sociedade heteronormativa. Estar dentro das cabines dos sanitários, por se tratar de um ambiente público, entretanto com a privacidade da intimidade, proporciona ao usuário um ambiente em

que se sente livre para escrever e expressar suas emoções e angústias, mesmo que ele não saiba quais são elas.

No sanitário público, a noção de público se perde quando o sujeito fecha a porta de sua cabine, assim, do mesmo modo que a edificação de um muro, que delimita, por exemplo, os espaços da Universidade pública ou de uma casa, as paredes de uma cabine sanitária faz com que esse bem “público” ganhe contorno de bem privado. Assim, as paredes que delimitam o sanitário público dão a esse espaço sentidos de propriedade privada, desse modo, ali, na privacidade daquele espaço, o sujeito pode escrever suas maiores verdades, mesmo que ele nunca tenha acesso a elas.

Essa escrita racista, homofóbica, misógina manifesta-se mais frequentemente em sanitários públicos, de forma anônima e faz remontar toda uma história de luta pelo pertencimento entre aqueles que, estando no mesmo sistema, são segregados e excluídos. É nessa medida que esse espaço urbano “[...] não representa a cidade em seu real, mas [...] o imaginário pelo qual a cidade é tomada ou como espaço empírico, já preenchido, ou como um espaço abstrato, calculável, administrado por especialidades da gestão pública” (ORLANDI, 2011, p. 69).

O discurso urbano institui, em seus modos de organização, um sistema de diferenças que separa os sujeitos e silencia as contradições presentes nesse espaço. O sujeito-pichador, por meio de seu gesto proibido por lei e discursivizado como vandalismo, grafa sua escrita nos muros, nos monumentos público/privados, nos sanitários, desorganizando a institucionalização do urbano, que o desconsidera, o silencia, o exclui, o segrega.

Pela sua escrita, o sujeito-pichador, articulando sentidos e identidades, confronta o simbólico e o político e institui um lugar de resistência ao já simbolizado, mesmo escrevendo indignidades, a depender do efeito que produz em cada posição-sujeito. Esse sujeito picha “[...] para tentar fazer algum sentido [...]; ele resiste ao não sentido e busca a simbolização” (ORLANDI, 2005c, p. 10, 14).

Os conceitos de escrita, alteridade e autoria, no quadro teórico da Análise de Discurso de linha francesa, mostram que a relação do sujeito com a escrita põe em relevo questões que transcendem a concepção de que a escrita seja mera forma de representação da oralidade ou um meio de mantê-la.

A escrita é espaço de memória, meio de subjetivação, de construção identitária e, por isso, traz em si a alteridade constitutiva do sujeito. Nesse espaço de produção de um efeito-sujeito, a autoria se dá sob o exílio do sujeito, uma vez que há uma decalagem entre aquele

que escreve e o sujeito ali produzido como evidência subjetiva e unidade imaginária. Assim, partindo dessas ilusões – de evidência, unidade e origem do sentido –, o sujeito se constitui autor de um texto, (re)construindo memória(s), num constante movimento entre singularidade e alteridade. O mesmo funcionamento se verifica com a autoria das escritas de sanitário, embora o autor seja, em sua maioria, anônimo. De todo modo, a subjetividade se exerce como processualidade, pois é realizada em um plano histórico-político a partir do qual a forma sujeito emerge como efeito.

No próximo tópico, analisaremos o efeito da alteridade nas escritas de sanitários.

3.3 Do/no dizer do (O)outro: o espaço da sexualidade e a questão de gênero

Nessa seção, trazemos o espaço do sanitário público como um lugar em que tanto a sexualidade quanto a identidade de gênero também se materializam de forma abrangente. Como vimos anunciando, tomamos a escrita como manifestação de desejos inconscientes do sujeito, por essa razão o (se) dizer nos sanitários públicos constitui-se pela voz do grande Outro, da alteridade, então, essa escrita é, pelos três registros do sujeito do inconsciente (o real, o simbólico e o imaginário), a materialização de um dizer de si, que reverbera outras vozes, a do grande Outro, e que se dirige também, pela ilusão constitutiva do sujeito, ao outro, ao sujeito social dessa interlocução.

Antes de entrarmos nos recortes que dão materialidades às questões sexuais e de gênero, é importante marcar como as placas de informação, nas portas dos sanitários, são restritivas e comprovam a normatização de um sistema heterossexual no qual opera os ditames da sociedade ocidental.

Louro (2000) verifica que as interpretações de gênero, que não são representadas dentro do limite do heteronormativo, são vistas de forma marginalizada, assim, as “[...] identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (LOURO, 2000, p. 3).

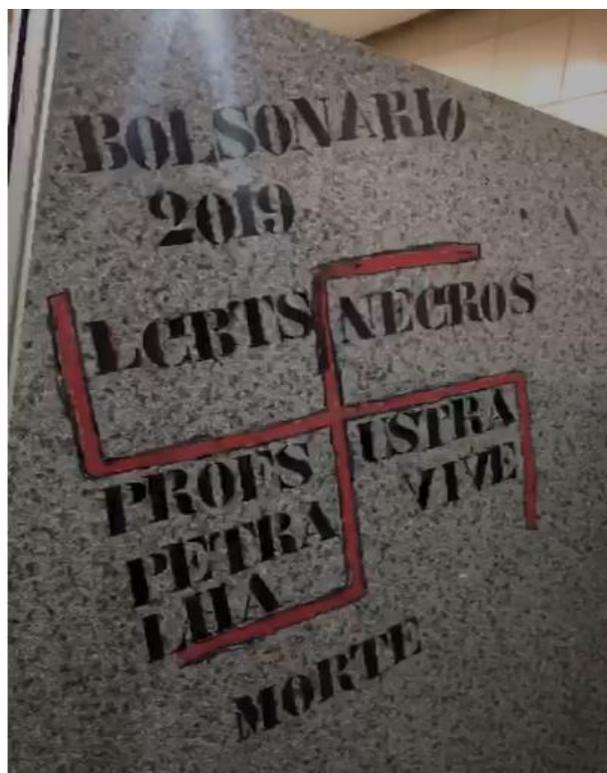
A autora explica o modo como as identidades de gênero e sexual são construídas socialmente, sob o contexto de uma determinada cultura, portanto, moldadas e construídas pelas redes de poder de uma dada sociedade.

Esse embate entre o querer dizer e o poder dizer se materializa no espaço do sanitário público, cuja escrita instala-se por uma autoria incógnita, assim, o sujeito, ao escrever/inscrever nesse lugar, exercita, muitas vezes, um desejo, como já referimos, de “sair

do armário”, mas o anonimato na escrita, o dizer sem saber do que se diz faz com que o esqueleto do sujeito que picha permaneça para sempre preso dentro dele, pois o sujeito diz de si, diz do seu desejo, mas o faz de forma indireta, diz projetando no outro o que, muitas vezes é da ordem do seu próprio desejo, assim, fala do seu desejo sem saber que ele é seu, o que produz o efeito de mantê-lo preso, trancafiado num recôndito do seu inconsciente.

A Figura XI²² dá materialidade a esse modo de dizer no sanitário público, um dizer que, reverberando o Outro, se dirige ao outro²³:

FIGURA XI



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=w-7hWO3-g7s&feature=youtu.be>. Acesso em 15 de ago. 2019.

A Figura XI aponta o candidato Bolsonaro para 2019 e, ao mesmo tempo, traz a suástica colocando, dentro de cada quadrante dela, o que a eleição desse candidato representava/representa em termos de eliminação, com a morte, de parte da população. Assim,

²² O recorte que compõe a figura em questão é parte de um vídeo que foi utilizado como forma de protesto por um grupo de alunos da PUC/SP, materializando modos ocidentais de discriminação.

²³ Lacan (1998) faz uma distinção entre o Outro (o grande Outro) e o outro (o da relação social) para marcar a diferença entre o que é da ordem da alteridade, da voz sem nome que constitui o sujeito do inconsciente e o outro (com letra minúscula), que constitui o sujeito das relações sociais, o sujeito empírico.

com Bolsonaro 2019 devem morrer a população LGBTQ, os negros, os professores petralhas e a memória de Ustra (Ustra vive).

O termo “petralha” surgiu na campanha de Bolsonaro e se opõe ao termo “coxinha”, sendo o primeiro destinado a identificar os partidários do PT (partido dos trabalhadores) e o segundo a identificar os seguidores de Bolsonaro. Assim, petralha se faz pela junção entre PT e Metralha, uma referência aos irmãos que formavam uma quadrilha de ladrões, cujo principal foco era a Caixa Forte do Tio Patinhas (personagens dos gibis da Disney). Associar à morte os professores petralhas produz efeitos de ligar parte do professorado, em particular o das universidades públicas federais, ao PT e aos irmãos Metralha, por considerar que esses professores funcionam como integrantes de uma quadrilha de bandidos.

Então, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes (o público LGBTQ) devem morrer, tal como os negros e os professores petralhas.

É interessante destacar que a expressão “Ustra vive”, que compõe um dos quadrantes da suástica, faz referência à memória do capitão do Exército Brasileiro, Carlos Alberto Ustra, que, enquanto ex-chefe do DOI-CODI (1970 a 1974), um dos órgãos de repressão do período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), torturou e assassinou presos pelo regime. O então candidato à presidência do Brasil, um militar do exército se declarou, em mais de uma ocasião, favorável às práticas de Ustra, assim, a referência “Ustra vive”, diz da memória ainda viva, mesmo que tenhamos nos distanciado muito da ditadura militar, que foi extinta em 1985, desse regime ditatorial do qual o candidato se declarava favorável, inclusive às práticas de tortura.

Desse modo, a pichação mistura os que devem morrer (os homossexuais, os negros e os professores petralhas) com o que deve viver (a memória de Ustra e as torturas por ele praticadas). Dito de outro modo, quem mata é o Estado na pessoa do presidente, do comandante, ou seja, Hitler, pela memória colocada em funcionamento pela presença da suástica, e Bolsonaro pela memória de Ustra, pois colocar os que devem morrer e o que deve viver, nos quadrantes da suástica, produz efeito de enquadrar a subespécie humana, parte da população que fica apartada, enquadrada, que deve morrer.

A pichação produz, dessa maneira, um deslize ao colocar Ustra juntos dos que devem morrer, mas a memória, associada a Hitler, à suástica, às declarações do candidato à presidência e à decretação de morte para parte da população, completa os sentidos retirando Ustra do lugar de morte para o de vida. Em outras palavras, Ustra, um antigo torturador da

Ditadura, que já está morto é quem deve viver na memória daqueles que comungam com os seus métodos, enquanto todos os outros de dentro da suástica devem morrer.

Esse funcionamento expõe tentativas de exercício de poder determinado por relações de poder, que se traduzem como relações de forças, nas quais o *biopoder*, marcado sobre o controle dos corpos, manifesta-se como mecanismo no jogo de relações de poder, tendo como princípio a organização da vida social. Maia (1995, p. 93) compreende o biopoder como mecanismos “[...] que acarretaram uma progressiva organização da vida social, através de meticulosos rituais de poder que tem como objetivo o corpo [...]”.

O biopoder, sendo um mecanismo de controle dos corpos, foi um fenômeno estudado por Foucault (1976), que se instalou, a partir do século XVIII, impondo à sociedade ocidental uma necessidade de se estudar o sexo, contabilizando, controlando e especificando os corpos.

Segundo o autor, aquilo que se instalou como se fosse e regesse uma “polícia do sexo”, institucionalizou-se pela necessidade de regular o sexo por meio de discursos públicos. O sexo passou a ser, então, visto aos olhos do Estado como um problema a ser resolvido, através do controle da natalidade e do controle populacional: “[...] cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo” (FOUCAULT, 1976, p. 27). Assim, quem detinha o saber-poder para falar sobre o sexo eram os médicos e o governo.

Desse modo, o discurso normativo regia-se de maneira a controlar e contabilizar, pois se falava de sexo nos ambientes em que a norma permitisse, vigiava-se o casamento, a natalidade, a forma com que cada corpo usava seu sexo. Assim, do século XVIII aos dias atuais, a estrutura biopolítica de controle são os sanitários, pois são construções arquitetonicamente pensadas ao controle dos corpos.

Esse funcionamento impõe uma forma “normal” para a sexualidade e para o gênero, determinando como padrão normativo, as relações heterossexuais. Assim, o sanitário é espaço de manifestação da sexualidade, principalmente a considerada desviante, que desperta reações de identidade e de aversão. De todo modo, as publicações sobre a sexualidade e o gênero materializam desejos inconscientes, que se configuram para além dessas relações ditadas como normais, como veremos na próxima seção.

3.3.1 Discursividades sobre/da sexualidade

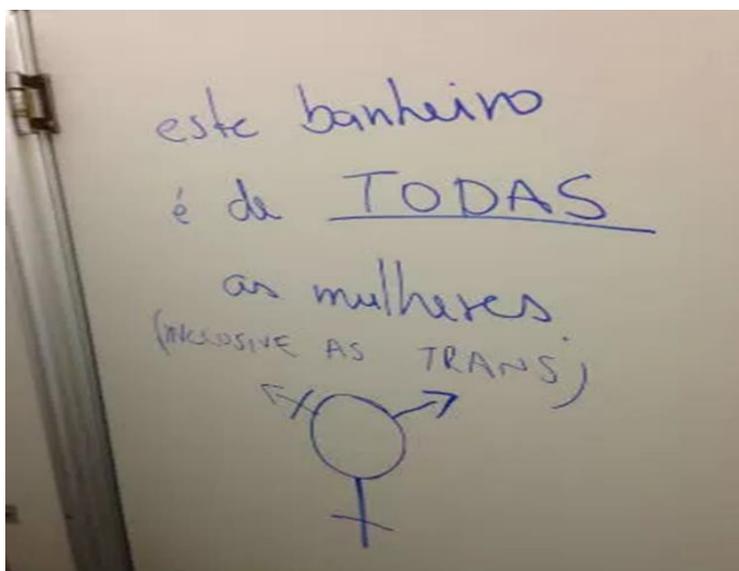
Nessa perspectiva, não só a placa que classifica de forma binária, com o emprego das palavras “feminino” e “masculino”, mas a estrutura em cabines, a arquitetura dos sanitários, a disposição dos mictórios e as cabines fechadas nos sanitários femininos são mecanismos de controle, pois se trata de um local onde se exercita uma pedagogia da sexualidade.

Nas escolas, nas praças públicas e nas universidades, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras.

Louro (2000, p. 18), alerta para a forma como a pedagogia da sexualidade, nas escolas e universidades é, por muitas vezes, discreta e sutil, entretanto, de forma duradoura, o discurso normativo, através dos professores, da arquitetura e da engenharia dos sanitários promove o processo de escolarização do corpo, disciplinando-o à norma, pois tudo que foge a ela é dito/tido como desviante e errado.

Assim, o pichador de sanitários públicos, clandestinamente, perverte a norma e picha seus desejos, como se observa na figura XII.

FIGURA XII



Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2015/08/lei-que-proibe-transgeneros-trocar-de-banheiro-e-aprovada-em-sorocaba.html>. Acesso em 15 de ago. 2019.

Tanto no dizer quanto na representação simbólica, o gênero dos/das transexuais está materializado nessa inscrição:

Este banheiro é de TODAS as mulheres (INCLUSIVE AS TRANS)

Na primeira sentença, a preposição “de” dá posse do banheiro às mulheres, assim, o banheiro é “delas”, é restrito a elas, conferindo a pertença desse espaço àquelas que, biologicamente, nasceram mulheres.

Dentro do parêntese, para de fato incluir as trans como também pertencentes a esse espaço, não observamos a presença da preposição “da”, ou seja, não há um retorno à formulação inicial (INCLUSIVE **DAS** TRANS) o que deixa fora o mesmo gesto de pertença atribuído na primeira sentença.

Nesse caso, observamos um funcionamento que admite às mulheres trans a se reconhecerem como mulheres, entretanto, algo resiste, escapa, irrompe, pela língua, que ainda interdita, veta, o fato de tanto trans quanto mulheres (tomando a sua aceção biológica) de ocuparem os mesmos espaços. Isso que interdita o lugar da trans como mulher se marca, na língua pelo uso dos parênteses, que, marcando o lugar da escrita institucionalizada, “[...] são utilizados para interpor uma palavra, expressão ou frase num texto para adicionar informação, normalmente explicativa, mas não essencial. A característica fundamental dos **parênteses** é não afetar a estrutura sintática do período em que é inserido”. Desse modo, o essencial na formulação é o fato de que aquele banheiro (o feminino) é de todas as mulheres, e o acessório é o fato de colocar as trans dentro da categoria das mulheres.

Além disso, do modo como é dito, produz-se uma falta de paralelismo sintático no emprego das preposições, pois o termo “trans” é colocado como pertencente ao conjunto “mulheres”, sendo que o emprego preposicional faz-se sobre a posse do banheiro “banheiro de todas [...]”, assim, banheiro faz escopo sobre o termo “mulheres”, mas não o fazendo sobre o termo “trans”, que, pelo emprego da preposição, associa-se ao termo “mulheres”:

Conforme a pichado no banheiro: “banheiro de todas[...] inclusive as [...]”;

Gramaticalmente: “banheiro de todas [...] “inclusive das [...]”.

Poderíamos pensar que a não repetição do termo “de” seria apenas em razão do não conhecimento das regras gramaticais, mas tomar esse lapso como o lugar em que o sujeito resiste, se mostra, se esconde, pela/na cadeia significante.

Desse modo, o emprego do pronome “todas” faz escopo sobre as mulheres, inclusive “as trans”, as quais se consideram também pertencentes ao gênero mulher, daí a formulação designar o banheiro como uma posse **das** mulheres, inclusive **das** trans.

O binarismo, pregado pela norma, é “afrontado” nessa pichação, pois um sanitário público, identificado pela palavra “Feminino” ou “Ela” ou ♀, entre outras, é defendido como

espaço de todas as mulheres, que biologicamente nasceram como sexo feminino. Contudo, a pichação em questão, com o emprego do caps lock (maiúscula), destaca que TODAS [...] INCLUSIVE AS TRANS têm direito ao espaço. O modo como essas palavras são escritas também significa, pois o efeito produzido pelo emprego da caixa alta e do sublinhado sob a palavra TODAS, que é duplamente colocada em menção (pelo emprego do caps lock e do sublinhado), faz do dizer um grito, uma imposição, colocando em funcionamento o dizer como uma reivindicação na qual se realça as “trans” como pertencente ao “todas as mulheres”.

Trata-se, então, de um efeito que tanto se produz como enfrentamento à norma e seus seguidores quanto como assunção de uma forma de sexualidade que também reivindica seu lugar, marcado pelo símbolo mundial do transexualismo²⁴:



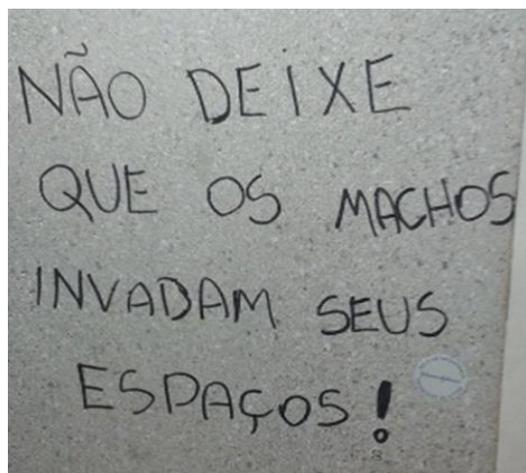
A transexualidade, defendida na pichação também pela imagem-símbolo do movimento, refere-se ao sujeito cuja identidade de gênero difere daquela designada no nascimento, portanto, a que é considerada normal, tanto pela vontade divina quanto pela determinação biológica.

O transexual é então o sujeito que muda a designação sexual, biológica e divina, para outra diferente da que nasceu com ela. Assim, a transição social para outro gênero é feita através de intervenções no corpo (com ou sem ajuda médica), que promovem a (re)designação sexual, ou por processos de feminilização ou masculinização, dependendo do gênero a ser transicionado. No caso da pichação, por tratar-se da defesa de TODAS as mulheres, a transexualidade se faz, por intervenção cirúrgica ou não, através de um processo de feminilização, ou seja, alguém que nasceu com o sexo masculino, mas que se feminizou, alguém que se sente mulher e que quer assegurar sua frequência nos sanitários femininos.

²⁴ Não é por acaso que as cores presentes no símbolo transexual mesclam o azul e o rosa, pois, colocando-se de forma a questionar a norma, o símbolo questiona também a posição binária da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, que afirmou que “[...] menino veste azul e menina veste rosa”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso em 03 de jan. 2019.

Como o sanitário público é um ambiente afeito ao dizer de si, há aqueles que defendem os transexuais e os que os rechaçam, como vemos na figura XIII.

FIGURA XIII



Fonte: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2014/12/ameacas-transfobicas-em-banheiros-da-unicamp-revoltam-estudantes.html>. Acesso em 15 de ago. 2019.

O que parece, a princípio, uma fala feminista, em defesa do espaço conquistado muito recentemente pelas mulheres, trata-se, de fato, pelo funcionamento da memória do dizer, de uma fala contra os transexuais em sanitários femininos, pois, se considerarmos que o transexual feminino é alguém que nasceu com os genitais masculinos, mas que se veste ou se operou visando a ter um corpo feminino, portanto, se sente e se comporta como mulher. São a esses sujeitos que o dizer refere, pois, apesar de toda aparência feminina, a sociedade binária não o toma como mulher em razão da presença no seu corpo dos órgãos sexuais masculinos.

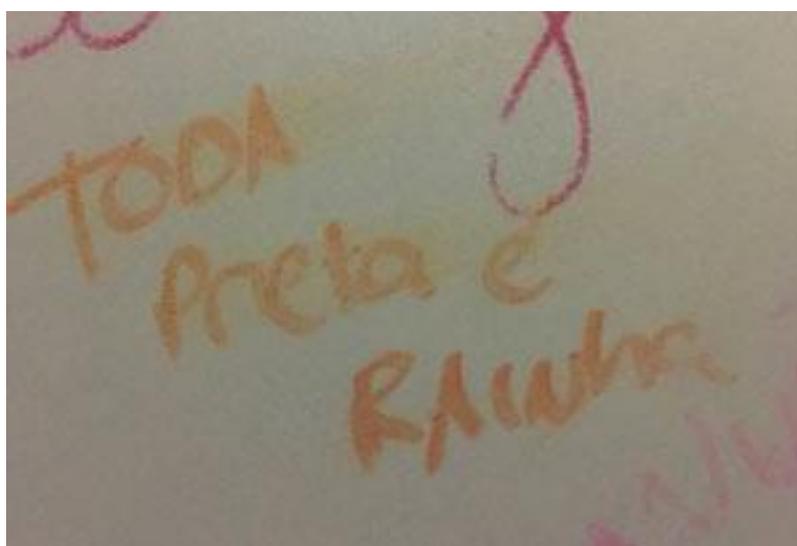
O gênero, então, enquanto uma construção cultural variável do sexo, é marcado pelo discurso normativo e utilizado pelo jogo de relações de poder, assim, é histórico e culturalmente vigiado e normatizado. Através da heterossexualização compulsória, o homem é, nas relações de poder, ao longo da história, o representante do padrão, responsável pelas articulações do controle dos corpos através das relações de poder.

A humanidade é representada pelo masculino, o homem define o que é a feminilidade e o ser mulher, através dos discursos, da pedagogia da sexualidade. A sociedade patriarcal dissemina o discurso de que a mulher não é considerada um ser autônomo, dentro das relações de poder, as mulheres são consideradas uma minoria histórica e socialmente colocada em segundo plano.

Beauvoir (1970) aponta o ocultamento da mulher na história, na economia e nos amplos aspectos, pois o funcionamento machista quer representa a mulher apenas como o “outro” sexo, que complementa, serve e dá prole e prazer aos homens.

Contudo, os movimentos atuais e as políticas afirmativas têm dado empoderamento à mulher, quer seja trans, negra, pobre etc. A Figura XIV dá materialidade a esse funcionamento:

FIGURA XIV



Fonte: <https://leiamais.ba/especiais/grafito-de-banheiro/>. Acesso em 15 de ago. 2019.

Mediante tantos ataques, impetrados pelo atual presidente aos negros, aos homossexuais e às mulheres e os reflexos desse discurso de ódio refletidos nos sanitários públicos, como vimos mostrando, vemos nascer pichações relativas ao empoderamento dessas minorias, como é caso da pichação acima, que alude ao gesto de empoderamento da mulher negra.

Estes gestos de empoderamento podem ainda ser vistos em outros grafites, tanto em sanitários, quanto em cartazes, muros e movimentos, passeatas, mobilizações pela/ na cidade.

Em se tratando do sanitário público, a figura XV produz efeitos de sentido desse funcionamento.

FIGURA XV



Fonte: <https://leiamais.ba/especiais/grafito-de-banheiro/>. Acesso em 15 de ago. 2019.

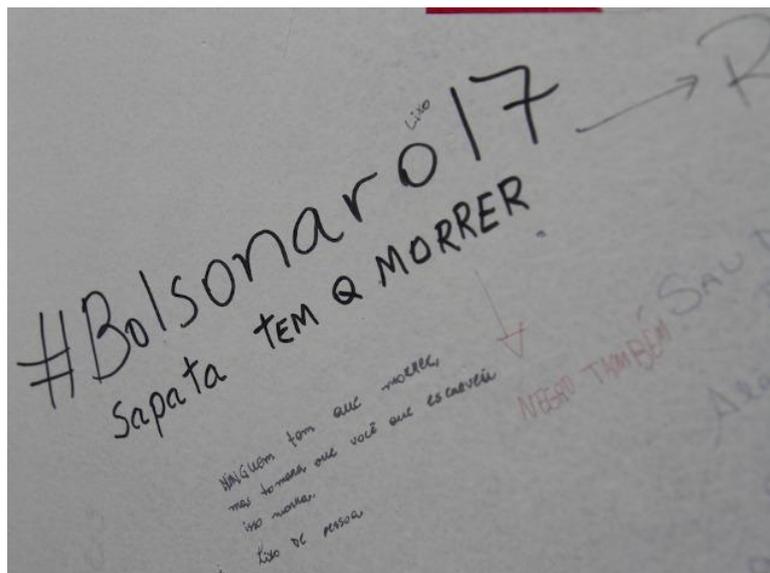
Esse empoderamento pode ser visto nas frases pichadas por mulheres em um dos sanitários femininos do Mackenzie, em resposta à série de pichações contra negros, homossexuais e mulheres:

Eu, mulher negra, resisto à Brancom!
Mulher, você já nasceu inteira!

Pela análise, a singularidade que permeia a sujeito mulher e sua sexualidade na/para sociedade se marca como sendo materializada ideologicamente, pois enquanto sujeito carrega-se de poder e de valor, como e com força de resistência para ser respeitada e visibilizada, buscando romper com os pré-construídos na forma de paradigmas que enxergam a mulher enquanto ser humano a ser explorado, segregado, em razão dos valores éticos e morais que regulam os demais sujeitos no espaço da cidade.

Trazemos, por fim, a pichação da Figura XVI que materializa aquilo que caracteriza o sujeito que precisa recorrer a esse espaço para manifestar ao (O)outro seus desejos, pois, sendo o sanitário público palco de manifestação da pequenez ou da grandeza humana, enfim, como já dissemos, dos desejos dos mais sublimes aos mais sórdidos, queremos dar visibilidade ao fato de que tais desejos, constituídos de ideologia, traduzem os modos de subjetivação de cada sujeito.

FIGURA XVI



Fonte: <https://almapreta.com/editorias/realidade/conheca-6-universidades-que-foram-pichadas-em-apoio-ao-bolsonaro>. Acesso em 15 de ago. 2019.

Na Figura XVI, à pichação “# BOLSONARO 17. SAPATA TEM QUE MORRER” segue-se o que, nessas condições de produção, funciona como resposta a ela:

NINGUÉM tem que morrer, mas tomara que você que escreveu isso morra.
Lixo de pessoa

Vemos, ainda, em resposta à pichação que gerou tantas inscrições, uma seta puxada da palavra “Lixo”, acompanhada da frase, escrita com caneta vermelha e letras maiúsculas: “NEGRO TAMBÉM”. Ou seja, negro também é lixo e também deve morrer.

Pelas análises aqui produzidas, acreditamos ter tornado visível, sem a pretensão de esgotar as interpretações e as leituras possíveis, a necessidade do sanitário público como espaço plural, como espaço de manifestação de desejos, de materialização de ideologias com as quais o sujeito se subjetiva, enquanto posição-sujeito do/no dizer.

Dessa maneira, nosso trajeto de análise toma as escritas desses espaços tentando reordená-las por categorias, muito embora muitas pichações façam confluência ou se atravessam umas pelas outras. De toda maneira, nossa análise toma os sanitários públicos como espaço de materialização de uma escrita que é interdita em outros espaços, assim, o espaço de deposição dos dejetos humanos na cidade é também o espaço de destinação de uma escrita vetada nas escolas e de uma escrita vetada ao próprio sujeito, visto que dá materialidade a desejos que são desconhecidos dele próprio.

Nessas condições de produção, essa escrita coloca em relação o Estado, o sujeito e a noção de autoria, produzindo um efeito de anonimato, dado pelo caráter de interdição institucional e subjetiva que esses escritos encerram.

De toda maneira, visando produzir uma classificação didática, separamos os recortes por categorias, sendo a primeira a da arte, composta por pichações que produzem, pelos modos de dizer/desenhar, efeitos de materialização do que é da ordem do artístico, do poético. Nessa categoria analisamos quatro imagens, identificadas no texto pelas Figuras de I a IV, e fizemos nelas ainda uma distinção entre o gesto artístico de desenhar o sanitário com suas pichações (como na Charge da Figura I) e pichações artísticas presentes nos sanitários públicos, estabelecendo, dessa maneira, distinções entre um *dizer sobre* e um *dizer do/em* sanitários públicos.

Como vimos tomando a escrita em sanitários públicos como inscrições do sujeito, portanto dos seus desejos, localizamos essa forma de escrita como especular, pois, conforme Lacan (1998), a imagem refletida funciona de modo a colocar o sujeito na relação com ele próprio, com o (O)outro e com o espaço. O funcionamento especular é, então, da ordem de uma projeção imaginária do próprio sujeito.

A análise nos dá a compreender as pichações não só como manifestação de desejos inconscientes, mas também como materialização da ideologia, de uma dada ideologia que, manifestada pelas vias do inconsciente, traduz esses escritos como modos de transgressão à escrita socialmente aceita e ditada pela escola. Assim, a segunda categoria de pichações que apresentamos aponta a presença do político nos sanitários públicos, materializado, especialmente, nas discursividades eleitorais, trazendo para a cena de análise escritos da política, através da última campanha à presidência da república, com as manifestações favoráveis e contrárias ao então candidato, Bolsonaro.

Por esse viés, vimos a associação do candidato à presidência aos sentidos instalados por Hitler, o processo da sua designação como mito e a instalação paulatina de um *discurso de ódio*, dirigido a toda sorte de sujeitos tidos como pertencentes a uma classe minoritária ou tomados como “subespécie” humana, os negros, os gays, as mulheres, os professores etc., por desviarem de uma forma de comportamento tida como a normal e correta, pelo candidato e por seu seguidores.

Uma terceira classificação tomou em análise os discursos relativos à sexualidade e às questões de gênero, quando demos visibilidade ainda maior ao discurso destinado à eliminação, à morte, à apartação de sujeitos pertencentes ao grupo denominado de LGBTs

(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Simpatizantes), visto que essa população transgride a condição biológica e a determinação religiosa para viver suas sexualidades, conforme seus desejos.

Pelas análises, tornamos visível, então, o sanitário público que se constitui como um espaço plural, no qual as vozes sobrepostas materializam processos de (des)identificação, discursos discordantes e em uníssono, compondo um mosaico que se instala como modos de dizer dos sujeitos e dos sentidos, nesses espaços de (se) dizer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa inscrição na Análise de Discurso somada ao fato de termos participado do Programa PIBID, na graduação, fez crescer em nós o desejo de compreender as múltiplas formas de escrita em sanitários públicos. Assim, começamos nossa pesquisa, naquele momento, na escola tentando compreender os modos de inscrição e escritura dos sujeitos nesses espaços.

Esse percurso culminou na nossa monografia intitulada *Escritos de banheiro: modos de inscrição do inconsciente e da ideologia*, contudo, esse estudo preliminar apenas acendeu em nós o desejo de continuar trabalhando com esse objeto. Então, agora no mestrado, saímos do âmbito da escola pública para compreender essa forma de escrita em outros sanitários instalados na cidade, pela ordem de civilidade do urbano, e nas universidades, como espaço destinado às ciências.

Neste trabalho propusemos pensar, pois, a língua(gem) como um funcionamento discursivo materializado na ambiência dos sanitários públicos. Dessa maneira, sob a ótica da Análise de Discurso, tomamos essas escritas enquanto redes significantes de (des)identificação dos sujeitos e dos sentidos, acima de tudo, pelo processo de sobreposição de vozes, que produzem o efeito do múltiplo, da imbricação de diferentes formações discursivas, trazidas de alhures para marcar-se como modos de injunção ideológica, portanto inconscientes, do corpo na relação com o social.

Diante dessa compreensão, tomamos o espaço do sanitário público e da escrita ali descarregada/excretada como um objeto simbólico, passível de interpretação, dadas as formações discursivas que, segmentadas por suas múltiplas textualidades (arte, denúncia, resistência, interdição, etc.), possibilitam compreender a produção dos sentidos, para além da estrutura da língua. Dito de outra maneira, enquanto estrutura e acontecimento que produz e que (re)vela a instância da letra no/do inconsciente, no processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Sair, então, da compreensão do sanitário na escola para o sanitário na cidade teve o propósito de compreender em que aspectos a escrita, nesses mesmos espaços de produção, se desassemelham/assemelham, ou, em outras palavras, compreender se o que se demanda é da mesma ordem em espaços e condições de produção distintas.

A análise dos escritos em sanitários públicos permitiu-nos identificar a presença de diferentes textualidades que, imprimindo marcas diversas, constituem-se como expressão dos

desejos interditados no/pelo sujeito, tanto pela escola quanto por seu inconsciente, que podem marcar-se como o um, mesmo que se produza na multiplicidade.

Dadas às condições de produção que instituíram tais espaços, os escritos nas portas e paredes dos sanitários públicos carregam especificidades que conferem a autoria dessas escritas um caráter de anonimato. Assim, esses escritos, sob a ótica da Análise de Discurso, permitem estabelecer relação entre a produção e o espaço de escrita, como também perceber as relações de poder estabelecidas nesse lugar que não se separa do urbano e que é da ordem da civilidade, razão que justifica nosso investimento em configurar discursivamente a cidade e nela os sanitários.

Compreendemos, ao longo de nossa investigação, que o banheiro é, paradoxalmente, um local público e, ao mesmo tempo, um local individual/particular, ou seja, resguardado no privado, de modo que cada sujeito expressa, a sua maneira, sentimentos reprimidos acerca da sua identidade, dos seus medos, dos seus desejos, por meio de um jogo que o esconde e o mostra, através da linguagem. Daí a decisão de discutir a relação público x privado como constitutiva desse espaço, inclusive para pensar o funcionamento do fora e o do dentro que, por exemplo, o muro representa. Em outras palavras, a relação permite tomar o sanitário e a escrita do sujeito como lugar da interpretação, portanto, como lugar da interpelação ideológica enquanto condição para a produção dos sentidos e a constituição dos sujeitos.

Essas formas de representação sofrem as injunções das normativas da cultura social, ou seja, as marcas disciplinares internalizadas pelos sujeitos que encontram, no sanitário, um território livre para expressar suas intimidades, pondo, ao mesmo tempo, em visibilidade um certo discurso jurídico, que diz de uma regra internalizada, de uma “censura interior”, conforme defendem Teixeira e Otta (1998).

Além desses aspectos, a escrita escolarizada é um lugar forte de disciplinarização do “bem dizer”, daí o entrelaçamento necessário entre a escrita, a institucionalização dela (a escola) e a cidade com seus sentidos de urbanidade, que cobram do cidadão uma escrita formal, ética, estética etc. Nesse aspecto, o sanitário público, que se instala, ao mesmo tempo como um espaço privado, institui-se, enquanto pertencente à ordem do cidadão, como lugar que fura e que escapa à tradição de uma escrita higienizada.

Logo, as portas e paredes dos sanitários, pelas condições de produção que instituíram esses espaços, configuram-se como um convite, visto que são lugares que se oferecem à escrita, não uma escrita canônica, regrada, mas uma escrita que se sobrepõe, que se produz como vozerio, uma escrita que não diz ao outro, ao leitor (mesmo que ele possa encontrar

identidade com o escrito), mas que diz de si e para si, uma vez que o próprio sujeito desconhece os seus desejos, postos em demandas, como a própria escrita que se instala como um objeto metonímico do seu desejo. Dito de outro modo, a escrita dos/nos sanitários públicos é compreendida como uma projeção daquilo que o próprio sujeito, inconscientemente, realiza de si, afetado por formações imaginárias que se instalam a partir do seu processo de constituição histórico-ideológica.

Nessa direção, o espaço dos sanitários está lá, pronto para ser rabiscado, pichado, desenhado, escrito, sendo distanciado de sua função precípua para funcionar, segundo a imaginação dos seus usuários, como espaço de despojo de desejos que precisam se dizer, ainda que na forma de demanda. Nessa compreensão, o sanitário é um espaço por onde se despeja dejetos, por onde escorre água, espaço para depositar resíduos, para eliminar, excretar a sujeira produzida pelo corpo. As características que marcam o espaço do sanitário – o vaso, o rolo de papel higiênico, os vazamentos, o piso molhado, o cesto transbordante, o ralo fétido e, muitas vezes, entupido – é também o espaço de escrita, uma escrita interdita ao próprio sujeito, pelo que ele (des)conhece de si e pelo que a escola lhe veta, ao individuá-lo. São essas condições de produção que fazem a escrita funcionar, nesses espaços, como uma descarga, como algo que alivia e que, ao mesmo tempo, envergonha o sujeito, daí ele não assiná-la, não se autorizar dela/por ela.

O espaço do sanitário é representado enquanto um texto, uma textura, uma textualidade, visto que se articula pelo conjunto de fatores que sustentam as interpretações de quem escreve/lê neste local em que as paredes, as portas e todo o mobiliário ali presente formam uma espécie de narrativa cujas versões transgridem a oficial, tangenciando-a e, por vezes, apagando-a.

Nosso trabalho mostrou, então, que as escritas produzidas no interior do banheiro retomam a função atribuída à arte rupestre: deixar marcas na tentativa de afirmar uma identidade para aquele que (se) significa pela linguagem, mas, nas condições dos sanitários públicos, trata-se de uma identidade “presa no armário”, visto que ela não subjetiva o sujeito, assim, é uma identidade que não identifica, pois diz de si, diz de um sujeito que enuncia sem saber do que diz. Desse modo, ao contrário do que se era produzido no período rupestre, essa forma de escrita contemporânea nos sanitários evoca outros sentidos, que se constituem não só pelas características físicas do espaço, mas também por um dizer que se marca e se constitui como “descarga” de uma “sujeira”, de uma “podridão”, que não encontra outro lugar para se extravasar, dada a interdição que lhe é constitutiva.

No sanitário, então, a mesma escrita que produz efeitos de proibição naquele que escreve, é aquela que incita a produção de uma narrativa de transgressão, significando os sujeitos por escritos marcados por textos ofensivos, agressivos, com palavrões e xingamentos. Assim, os escritos de sanitários são vistos por grande parte da sociedade como sujeira, como uma prática de vandalismo, assemelhando-o à pichação, fazendo com que o grafite e a pichação recebam, por parte da sociedade, a mesma adjetivação: feio, sujo, crime etc., produzindo um efeito de negação, de apagamento dessa escrita marcada, ao mesmo tempo, pela vergonha e pela omissão.

As separações que tentamos fazer dessas vozes sobrepostas, desses dizeres anacrônicos, funcionam no texto como uma tentativa de colocar ordem na desordem, ordem no caos, assim, as categorias servem apenas ao efeito didático de dar visibilidade ao que não se pode ver, ao que não se pode dizer, pois é um dizer que só pode ser dito no lugar onde se lançam os detritos, um dizer do qual não se quer e não se pode saber.

Nessa direção, o sanitário é espaço para as manifestações mais primitivas, mais antissociais, visto que se constitui como um lugar para gritar (mensagens escritas em caps lock) o preconceito, o ódio, as limitações do sujeito social, que, mesmo se colocando como socializado, intelectual, acadêmico, esconde seus desejos e os despoja, os excreta nos sanitários das cidades/universidades.

Essa é, provavelmente, a causa de se proibir e de se tentar combater os escritos em ambientes públicos como o dos sanitários, mas a proibição não barra a necessidade dessa forma de escrita, pois estes espaços, espalhados por toda paisagem urbana, estão tomados por grafites em toda a sua extensão (parede, descarga d'água, suporte para papel higiênico etc.). Então, ainda que não tenha sido projetado para a escrita, todo o espaço do sanitário público serve como palco e cenário para tais manifestações.

Nosso trajeto de leitura leva-nos a assumir o sanitário público como uma região de fronteira, visto que se instala como um espaço que é, por nossas análises, destinado ao grafite enquanto lugar possível para (se) dizer de um impossível do sujeito, que se resguarda pela ilusão necessária de dizer de si e para si, pela ilusão do poder e do anonimato, assegurado pelo apagamento da assunção dos gestos de autoria.

De todo modo, a autoria e o anonimato instalam-se como mais uma contradição no espaço público/privado dos sanitários e nos provoca a pensar mais sobre essa forma de escrita e na função-autor que ela suscita. Questões que mantêm vivas em nós a necessidade de continuar pesquisando e refletindo sobre a questão.

Provisoriamente, afirmamos, então que essas escritas são modos de funcionamento do sujeito no social, o que nos permite afirmar que, em sua maioria, essas escritas põem em visibilidade discursos de culpas artísticas, políticos, sexuais, de preconceito, denúncia, resistência, dentre outros, enfim, discursos que dizem do sujeito que fala por uma voz anônima aquilo que nega a/de si.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1985.
- ALVES, L. S. **Abrindo as portas: o que entra nos grafitos de banheiro? Um estudo comparado dos grafitos de banheiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). 88f. Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2014.
- ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo: Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1983.
- _____. **A condição humana**. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1999.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1989.
- BARBOSA, G. **Grafitos de Banheiro: a literatura proibida**. Editora Brasiliense, São Paulo, SP, 1984.
- BORGES, Águeda A. da C. **Da aldeia para a cidade: processos de identificação/subjetivação e resistência indígena**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2018.
- BRASIL. **Lei n.º 9.605/1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em 20 de ago. 2019.
- _____. **Lei n.º 12.408/2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112408.htm. Acesso em 20 de ago. 2019.
- CARRANO, P. C. R. **Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas**. São Paulo, SP: Relume-Dumará, 2002.
- DI RENZO, Ana M. “Liceu Cuiabano: língua nacional, religião e estado”. In: Eni P. Orlandi e Eduardo Guimarães (orgs). **Institucionalização dos estudos da linguagem**. A disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2002.
- DUPAS, G. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2003.
- FONTOURA, K.; DIAS, M. C.; COHIM, E. **A influência do design dos sanitários públicos no comportamento dos usuários**. Recife: 25º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, Recife, PE, 2009.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo, SP: Loyola, 1987.
- _____. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**: investigações quanto a uma sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1984.

INDURSKY, F. As determinações da prática discursiva da escrita. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**. v. 12. n. 1. p. 30-47. jan./jun. Passo Fundo, RS, 2016.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1998.

LAGAZZI-RODRIGUES, S.; BRITO, P. S. “As ocupações dos sem-teto na discursividade da cidade”. In: ORLANDI, E.P. (org.). **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas, SP: Pontes, 2001.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 2. ed. São Paulo, SP: Centauro, 2001.

MARTINS, M. de L. “Espaço público e vida privada”. **Revista Filosófica de Coimbra**, 2005. Disponível em: <www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/espaco_publico_e_vida_privada>. Acesso em 25 de ago. 2019.

MONTE-MOR, R. L. “A cidade e o urbano”. In: BRANDÃO, C. A. L. (org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2006. p. 185 - 197.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico**. Para uma história das idéias no Brasil. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

_____. “Ler a cidade: o arquivo e a memória”. In: **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003a, p. 7-20.

_____. “Polizêmico”. In: **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003b, p. 21-63.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas-SP: Pontes, 2005a.

_____. “O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo”. In: **Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, 2005b, Porto Alegre, RS. p. 1-16 Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/CONFERENCIA/EniOrlandi.pdf>>. Acesso em 15 de jan. 2018.

_____. “À flor da pele: indivíduo e sociedade”. In: MARIANI, Bethania (Org.). **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise**. São Carlos, SP: Claraluz, 2006. p. 21-30.

_____. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8 ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

_____. “Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências. Sujeito/história e indivíduo/sociedade”. In: INDURSKY, F., MITTMANN, S. (orgs.) **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

_____. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

_____. “Delimitações, Inversões, Deslocamentos”. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n.19. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1990, p. 7-24

_____. (1975). **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. (1978). “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”. In: PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**, Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997.

PFEIFFER, C. C. “Cidade e sujeito escolarizado”. In: ORLANDI, E.P. (org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

RESENDE, F. “Comunicação social e espaço público contemporâneo”. In: **ALCEU**. Rio de Janeiro, RJ. v. 5 - n.10 - jan./jun, 2005. p. 129-145.

ROLNIK, R. **O que é a cidade**. (Coleção Primeiros Passos; 203). São Paulo, SP: Brasiliense, 1995.

SALDANHA, N. **O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica de São Paulo**. São Paulo, SP: Edusp, 1993.

SENNET, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. 5. ed. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

SIQUEIRA, Danieli. “O banheiro: um prisma para reflexões sobre relações de gênero a partir da perspectiva simmeliana”. In: **Política & Trabalho** – Revista de Ciências Sociais, n. 40, Abril de 2014, pp. 357-367.

SOBARZO, O. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. Tese (Doutorado). Presidente Prudente, SP: 2004.

TEIXEIRA, R. P.; OTTA, E. “Grafitos de banheiro: um estudo de diferenças de gênero”. In: **Estudos de Psicologia** (Campinas), Natal, RN, v. 3, n. 2, 1998, p. 229-250.

VICENT, Gérard. “Uma história do segredo?”. *In: História da vida privada: da primeira guerra aos nossos dias*. PROST, Antoine; VICENT, Gérard (Orgs.). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.